



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0260/09	DATA: 01/04/2009
INÍCIO: 15h27min	TÉRMINO: 19h00min	DURAÇÃO: 03h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h18min	PÁGINAS: 104	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALTER GUERRA SILVA – Escrivão do Departamento de Polícia Federal.

SUMÁRIO: Deliberação sobre requerimentos.  
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.  
Houve participação do advogado do depoente, Dr. Sebastião José Lessa.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 90ª reunião ordinária da CPI — Escutas Telefônicas Clandestinas.

O Sr. Relator pede dispensa da leitura da ata, o que é concedido.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. Walter Guerra Silva, Escrivão do Departamento de Polícia Federal e para deliberação de requerimentos.

Nós vamos passar primeiro, invertendo a pauta, ao item 2, que é a deliberação de requerimentos. E vamos começar...

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Eu solicitei, há 3 reuniões atrás, que fossem colocados os requerimentos que fiz, lá na Bahia, com relação a escutas telefônicas ilegais. Eu consulto a V.Exa. se eles já se encontram nesta pauta de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Ao que me parece, pelo que eu tive acesso agora, não se encontram, mas com certeza o Relator as colocará, atendendo a solicitação de V.Exa., com base no roteiro que ele estabeleceu para os trabalhos que irão se realizar.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Podemos contar com V.Exa. — não é, Relator? — para que inclua de imediato essa matéria em pauta. Ele está muito alegre com essa perspectiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Imagino que sim, Deputado.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não há nenhuma motivação pessoal. V.Exa. sabe que todos os requerimentos que estão sendo apresentados estão na pauta. Nós estamos num rastro de investigação...



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - V.Exa. estava com ar apático e vejo que...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - As investigações nos Estados, nós não adentramos os Estados, há várias demandas de alguns Estados, mas V.Exa. é integrante da Comissão, tem participado, e se há uma solicitação de V.Exa., o Presidente colocará na pauta o requerimento, e a Comissão deliberará.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Item 1 da pauta.

Requerimento nº 287/09, do Sr. Raul Jungmann, que “requer seja convocado o Sr. Renato Porciúncula, Delegado da Polícia Federal e Assessor Especial da ABIN, para prestar depoimento perante esta CPI”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o Requerimento nº 287 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 288/09, do Sr. Marcio Junqueira, que “solicita a convocação do Sr. José Alberto Legas, Delegado de Combate ao Crime Organizado de São Paulo”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento

Item 3 da pauta.

Requerimento nº 289/09, do Sr. Hugo Leal, que “requer seja convidado o Subsecretário de Segurança na Área de Modernização de Tecnologia da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro Edval de Oliveira Novaes Junior”.

O Deputado Leal usa o termo convidado. Eu emendo para saber se é convite ou é requisição, Deputado Leal?

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Seria convoco, convocação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, onde consta a palavra “convidado” torna-se “convocação”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, está aprovado o Requerimento nº 289, do Sr. Hugo Leal, que convoca o Subsecretário Edval de Oliveira Novaes Junior.

Item 4 da pauta.

Requerimento nº 290/09, do Sr. Hugo Leal, que “requer realização de diligência da CPI em São Paulo, para serem ouvidos os Procuradores da República Fábio Elizeu Gaspar, Roberto Antonio Dassié Diana e Lisiane Braecher, lotados no MPF/SP”.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, apenas para justificar esse requerimento, nós tivemos recentemente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, com a palavra o Deputado Hugo Leal.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Desculpe, Relator. O senhor vai falar sobre o requerimento...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Eu ia falar, mas V.Exa. tomou a palavra.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Eu aguardo, eu aguardo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Como V.Exa. é o autor do requerimento, então eu acho que é mais conveniente eu me manifestar depois que V.Exa. aduzir as razões que levaram V.Exa. a propor que essa diligência fosse no Estado de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO HUGO LEAL** - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais colegas, a proposta de fazer essa diligência com relação a procuradores é exatamente para aproveitar *in loco*, como ocorreu com as visitas, com os juízes De Sanctis, Ali Mazloum e Dr. Ricardo André. Salvo engano, eu entendo que uma diligência local e com essas autoridades nos dá a oportunidade de manusear



inclusive elementos dos autos que, com certeza, numa oportunidade da diligência de CPI, na convocação, isso seja uma situação atribulada. Como o foco nosso... E um dos principais locais onde ocorrem tanto a questão dos vazamentos quanto a apuração desses vazamentos é na Justiça Federal de São Paulo. E desses procuradores, 2 atuam num processo em que o Dr. De Sanctis é o titular, é o presidente do inquérito, é o titular. E o outro, há 2 procedimentos instaurados para investigar a questão do vazamento das informações. Eu entendo ser prudente, produtivo e mais efetivo uma diligência desta Comissão, assim como já houve com relação à visita ocorrida, há questão de 3 semanas. Mais prudente e diligente nós fazermos essa diligência com os 3 representantes do Ministério Público de São Paulo.

Seria não só uma diligência, mas também uma deferência pelo trabalho que o Ministério Público vem apanhando nesses processos que estão tramitando na Justiça Federal de São Paulo.

Portanto, essa é a minha manifestação e o meu desejo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nada a opor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Nada a opor por parte do Relator. Mais nenhuma manifestação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Encerramos a votação dos requerimentos.

Vamos passar agora à tomada de depoimento do Sr. Walter Guerra Silva.

Informo aos Srs. Deputados que foi estendido ao Sr. Walter Guerra Silva o *habeas corpus* concedido ao Delegado Protógenes Queiroz. Então, o mesmo vem aqui acompanhado dos seus advogados e munido de um *habeas corpus* expedido pelo Supremo Tribunal Federal.

Antes de começar efetivamente a oitiva, eu gostaria de informar aos membros desta Comissão uma questão que eu acho fundamental. Encontrei, há poucos minutos, o Delegado Protógenes Queiroz, no Salão Verde, e tivemos um colóquio bastante respeitoso, quando eu disse a S.Sa. sobre a importância do seu



comparecimento para dizer a verdade, e que entendia que a melhor maneira de ele comparecer não era respaldado por um *habeas corpus*, mas que viesse aqui com o compromisso assumido de dizer a verdade, haja vista as várias versões por ele propagadas durante os diversos depoimentos que realizou em vários setores da administração pública, seja o depoimento que prestou na Polícia Federal, seja o depoimento que prestou no Ministério Público, seja o depoimento que prestou na Justiça, seja o depoimento que prestou perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, a única forma de ele poder ilidir o que pesa sobre ele nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é a questão do falso testemunho, seria importante que ele, compromissado, aqui viesse e que aqui ele pudesse efetivamente dizer qual é a verdade de todos esses depoimentos que ele prestou. Porque em determinado momento ele diz ao Ministério Público que toda a operação foi emanada da Presidência da República, segundo comunicação que ele recebeu do Delegado Paulo Lacerda. Depois, ele vai ao mesmo Ministério Público e diz a esse outro Ministério Público que o juiz e o promotor não tinham conhecimento da participação da ABIN, e outros tipos de informação que ele presta que se colidem, que não são coerentes, que não fazem parte de um sistema lógico de informação.

Razão pela qual entendo que sua vinda é importante e sua vinda deve também resultar, no meu entender, numa necessidade de se fazer uma acareação entre o Delegado Protógenes e o Delegado Paulo Lacerda, para que alguns pontos sejam efetivamente esclarecidos.

Passo agora a convidar a sentar-se aqui conosco, à mesa, o Sr. Walter Guerra Silva, Escrivão do Departamento de Polícia Federal, e solicito aos seus advogados que o acompanhem nessa assentada.

*(Pausa prolongada.)*

O depoente está acompanhado dos seus advogados Raul Livino e Sebastião Lessa, que diz respeito ao delegado e hoje advogado Sebastião Lessa. Conheço-o de longa data, ele foi um grande delegado de Polícia Federal, um grande profissional, autor de livros, pessoa que eu tenho a honra de privar do conhecimento e da amizade e por quem tenho grande admiração pelos serviços prestados ao País na sua atividade profissional, não só como delegado, mas também como advogado.



Existe um *habeas corpus*. O Sr. Walter não está, portanto, obrigado a assumir compromisso, mas me cabe lhe perguntar se, de alguma forma, ele teme dizer a verdade perante esta Comissão. Se ele não teme dizer a verdade perante esta Comissão, se ele deseja assumir o compromisso ou se não deseja assumir o compromisso legal.

(Pausa.)

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Boa tarde. Seguindo orientação dos meus advogados, eu vou me reservar o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, teria o senhor o tempo de 10 minutos para tecer algum comentário que desejasse. Então, V.Sa. abre mão desse direito, coloca-se aqui não na condição de testemunha, mas na condição de investigado, infelizmente, porque, na verdade, o que nós esperávamos ter do senhor era o seu testemunho e não que o senhor se colocasse aqui na condição de investigado.

Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão fazer sua inscrição.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpellações.

O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer as suas interpellações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpellações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

Não foi atendida a formalidade legal de prestar depoimento.

Como o senhor abriu mão da palavra, vou passar a palavra ao Relator.

Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria apenas de saber do senhor se o senhor participou, de alguma forma, da operação denominada Satiagraha e de que outras operações da Polícia Federal o senhor participou, na qualidade de Escrivão de Polícia Federal.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na qualidade de Escrivão de Polícia Federal, eu trabalho, desde outubro de 2003, no Departamento de Polícia Federal. Minha primeira lotação foi em Corumbá, Mato Grosso do Sul, e depois, a partir de fevereiro de 2004 até julho de 2008, eu trabalhei na Diretoria de Inteligência Policial e participei de diversas operações, entre elas a Operação Capela, Operação



Perestroika, que envolvia investigação MSI/Corinthians, sobre a Máfia do Apito, entre outras áreas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor participou dessa Operação denominada Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Em que condição?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Como Escrivão de Polícia Federal, na condição de analista, subordinado e sobre a coordenação dos Delegados Protógenes Queiroz, Victor Hugo Ferreira, Carlos Pellegrini e também da Delegada Karina Murakami.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor está lotado no Rio de Janeiro ou senhor está lotado em Brasília?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Atualmente, estou lotado em Ribeirão Preto, São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Em Ribeirão Preto, São Paulo.

Mas a sua base operacional durante essa operação foi mais em que Unidade da Federação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Brasília e São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sofreu uma busca e apreensão...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - ...na sua residência, por parte do Departamento de Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Correto. Essa busca e apreensão ocorreu no dia 5 de novembro do ano passado e por isso que eu estou na condição de indiciado no inquérito policial presidido pelo Dr. Amaro Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E o que apura esse inquérito policial?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O inquérito policial do Dr. Amaro Ferreira... Inclusive quando fui indiciado foi uma situação para mim constrangedora porque ele não me disse o fato o qual estava me indiciando. Ao ser perguntado, ele





disse que já tinha convicção de que eu estava indiciado e o que eu poderia dizer para mudar a opinião dele. Então, naquele momento, eu me reservei o direito de me manifestar apenas em juízo e mesmo naquele momento eu não estando, sendo acompanhado por advogado. Mas diante disso é que eu quero inclusive externar que eu tenho todo o respeito em relação a esta Comissão e perante minha própria instituição, a qual respeito muito, eu permaneci em silêncio. Então, eu não tenho nada em relação a criar alguma dificuldade aos trabalhos da CPI. É apenas porque eu já estou na condição de indiciado e, em função disso, é que eu recebi orientação dos advogados de assim permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor se recorda do que foi apreendido na sua residência durante essa operação da Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Foi um HD externo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Um HD externo. E esse HD externo pertencia a quem? À instituição Polícia Federal ou pertencia ao senhor?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Me pertencia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pertencia ao senhor?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso. Inclusive, nesse HD externo existem em torno de umas mil fotografias de família, dos últimos 5 anos. Sou casado há 18 anos, tenho 3 filhos, e, esse HD externo foi levado. Mas no indiciamento do Dr. Amaro — como ele me disse que eu fui indiciado por quebra de sigilo, violação de sigilo funcional —, então, ele disse que não tinha nada a ver com a questão do HD externo, mas não iria me devolver o HD externo. Mas eu não tenho como estabelecer detalhes sobre a apuração, porque não tenho conhecimento da investigação dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Foi-nos encaminhado aqui, pela Justiça Federal de São Paulo, uma série de dados que teriam sido apreendidos no computador de V.Sa., entre eles algumas interceptações telefônicas que ali estavam contidas, uma pasta denominada José Dirceu de Oliveira e Silva, *ad hoc*, legendas a serem utilizadas no Guardiã, pedidos de interceptação, senhas de operadoras. Isso tudo estava contido nesse HD externo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Esse HD externo era utilizado por mim — certo? —, de maneira pessoal. E num determinado momento, os delegados que



estavam à frente da operação disseram para eu manter um *backup*, não só da Operação Satiagraha. Como eu também tinha *backup* de todas as operações de que eu havia participado, porque isso... Eu recebi, inicialmente, quando cheguei aos diretores de Inteligência Policial, orientação do Delegado, Dr. Daniel Lorenz, para que toda operação de que participasse mantivesse uma reserva de dados justamente para que eventual informação a ser realizada *a posteriori* para a Justiça eu tivesse condições de ser o mais fiel possível nessa informação, para esclarecimento, às vezes, da defesa ou, às vezes, do Ministério Público Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, só para eu entender bem. A orientação que o senhor recebeu de manter nesse seu arquivo partiu de quem? De quem partiu a orientação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - De qual conteúdo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Esses conteúdos todos: pasta José Dirceu, senhas de operadora, alguns áudios que ali se encontravam...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, ali havia o *backup* da operação, não apenas, não apenas da Satiagraha, como das outras de que eu havia participado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Agora, quem determinou que o senhor tivesse esse *backup* no seu computador?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso foi uma orientação direta, e eu, como escrivão, acatei. Veio de todos os delegados. Todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - De todos os delegados que o senhor citou aqui?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Exatamente. Sem exceção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, quer dizer, o senhor guardou isso por determinação superior em seu HD privado. É isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Está ótimo.

Vou passar a palavra para o Relator, para os seus questionamentos.

Muito obrigado pelas suas informações.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Walter Guerra, senhores advogados aqui presentes, perguntaria, primeiro, qual foi a participação de V.Sa. na Operação Satiagraha.



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu estava responsável pela análise e controle das interceptações telefônicas. Então, eu executava a parte operacional vinculada à interceptação telefônica, autorizada pela 6ª Vara Federal de São Paulo. Então, a minha participação era fazer uma triagem dos números a serem interceptados, subsidiar a representação da autoridade policial, depois, com a expedição do mandado de interceptação dos números, encaminhar às operadoras de telefonia a confirmação desse dado para interceptação e, depois, acompanhar o fato em si, que é o monitoramento das linhas telefônicas perante o sistema Guardiã, e quinzenalmente, eventualmente, às vezes num período menor, realizar um relatório sobre o conteúdo que foi apurado do monitoramento onde haveria indícios de cometimento de crimes e, a partir desse relatório de análise feito por mim, é que haveria uma representação da autoridade policial para a realização de prorrogação de linha telefônica interceptada com autorização judicial, cancelamento dessa mesma linha ou inclusão de uma linha nova. Então, a situação da análise era realizada por mim na cidade de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, pelo que eu estou entendendo, o senhor era o encarregado de toda essa área de interceptações telefônicas; era uma espécie de coordenador desse processo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É chamado de Analista, Analista da área de interceptação telefônica.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas é só para entender qual era a função do senhor. Uma coisa é o senhor ouvir áudio e fazer análise. Pelo que eu entendi e pelo depoimento do senhor, praticamente o senhor tinha uma função de coordenação, não só de analisar os números, fazer uma espécie de filtro do que era encaminhado à autoridade, no caso, o Delegado, para que ele fizesse o requerimento ao juiz; quando voltavam as decisões judiciais, o senhor é que fazia a checagem, entendeu, dos áudios que eram, digamos assim, interceptados, e tinha toda uma espécie de controle de todo esse processo das interceptações. Estou correto na minha análise?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desculpe, Excelência, mas não é nesse contexto. O controle não era absoluto de minha parte, certo? Eu fazia a centralização, porque havia outros Policiais Federais que ouviam, faziam o



monitoramento; aquilo que era relevante ou onde havia indícios de crime era repassado para mim e, a partir daí, eu fazia uma espécie de...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Escala?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... sinopse de conteúdo para subsidiar a representação da autoridade policial. Então, a minha função...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Isso com vistas a prorrogações...?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Essa sinopse era para informar à autoridade do que estava acontecendo, ao policial, ou essa sinopse era para efeito de eventuais pedidos de prorrogações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A sinopse tinha função descritiva. Então, aquilo que foi apurado no período e considerado relevante pelos analistas era repassado para a autoridade policial, que, eventualmente, acompanhava isso também. Então, não era, vamos dizer assim, um momento estanque, em que, quinzenalmente, a autoridade tomava conhecimento desses fatos. Então, era um acompanhamento diário dos delegados que...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era um resumo do que era escutado para que os delegados pudessem saber o que estava sendo...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, sim. Aquilo que era relevante... às vezes, na mesma hora ele falava: "*Olha, teve um áudio aqui relevante*", era comunicado, o delegado estava no local, aí, ele, às vezes, ouvia para avaliar... A avaliação, a decisão e o juízo de valor sempre foram realizados pela autoridade policial.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E quem fazia a... quem coordenava as escalas de quem fazia as escutas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Veja bem. Em determinado momento, todos estavam fazendo o monitoramento, que estávamos em 4 Policiais Federais, mais o Dr. Protógenes. Então, num determinado momento, todos estavam participando.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Das interceptações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Dessa fun...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quero que... Bom. Aí, só para entender, porque houve 2 momentos nas interceptações e na operação: o momento em que essas interceptações ocorriam na sede da Polícia Federal aqui, em Brasília, e, depois, foi instituída uma base em São Paulo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Desculpe, interromper, mas, Excelência, é o seguinte: a base em São Paulo existia em um momento anterior à Operação Satiagraha. A partir de julho de 2007, é que se iniciou o procedimento de interceptação telefônica com autorização judicial, e essas interceptações foram formalizadas em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, a base já existia como uma base operacional.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. E diversas operações ocorreram no período.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Certo. Mas, ela começou a funcionar para a Operação Satiagraha antes da base aqui, da Superintendência?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ela já funcionava para outras operações. Para a Operação Satiagraha, apenas se aproveitou a mesma estrutura, na época, com mais policiais federais. Então, criou-se uma estrutura com base operacional aqui, em Brasília, e outra em São Paulo. A de São Paulo ficou responsável pelo acompanhamento e monitoramento das interceptações telefônicas autorizadas judicialmente durante todo o período da Operação Satiagraha.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, a base de São Paulo foi a única que fez as interceptações da Operação Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Telefônicas.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Telefônicas. Aqui, na base de Brasília, não tinha interceptação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Havia interceptação de dados e de IP. O que acontece é que alguns programas possibilitam, por exemplo o Voip, comunicação de ponta a ponta pela Internet, e isso também acabava sendo interceptado. E isso era feito aqui, em Brasília.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas de telefones...



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Telefone, por exemplo, utilizado com número específico pela operadora que, fornecida autorização judicial, tudo isso foi realizado em São Paulo. Brasília cuidou da interceptação da transmissão de dados e voz. Então, por isso que às vezes, se as pessoas comunicavam por Voip ou por um celular de IP, era interceptado por Brasília.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Agora eu pergunto: V.Sa. participou da operação em São Paulo e em Brasília também?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, só em São Paulo. Somente São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Foi baseado em São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Durante todo o período estava em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Nunca, durante o curso da Operação Satiagraha, V.Sa. trabalhou aqui, na base de Brasília, só na base de São Paulo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Somente em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Qual era o equipamento utilizado lá, em São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Equipamento para...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Fazer interceptação.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O Sistema Guardiã.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Guardiã.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, foi o único utilizado.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Houve alguma interceptação de IP ou de Voip lá, em São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, de IP e Voip não. Houve interceptação, se não falha a memória, de endereço de *e-mail*.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Lá, em São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Lá, em São Paulo. Mas, aí, não é pelo Sistema Guardiã; é por um espelhamento que é feito pelos próprios provedores.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E no caso do sistema Voip, como era feita a interceptação?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu nunca trabalhei com esse sistema. Então, não tenho como descrever.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas analisou algum elemento fruto dessas interceptações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas no arquivo de V.Sa. tinha interceptação com o sistema Voip.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Foi o que eu falei, não é? Era o *backup*.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O *backup* estão foi passado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O *backup* da operação...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Como um todo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Foi repassado e V.Sa. fez o arquivo sem analisar e sem saber?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É. Simplesmente, depois da deflagração disseram: *“Olha, o desdobramento que está tomando o resultado dessa operação pode ser muito perigoso. Então, faça um backup, mantenha um backup até que a gente veja como vai se resolver isso”*. Porque, vamos dizer assim, quando o pessoal, os delegados, me colocaram essa posição, o que havia de receio era a perda de algum dado, de alguma informação, de eventualmente ter sido encaminhado à Justiça e, depois, isso, não sei, desaparecer.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Em algum momento foi questionado que esse tipo de arquivo, que não está nos autos do processo, poderia não ser um procedimento legal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não houve nunca essa discussão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Só, no caso, cumpri ordens.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Era um procedimento comum, pelo que entendi que V.Sa. está me informando...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Dentro da... não só da...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Pelo que entendi aqui, no depoimento de V.Sa., o senhor participou de várias operações policiais. Não é isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, em mais de 20.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Várias operações V.Sa. participou. Em todas essas operações, o procedimento utilizado era fazer o *backup* dessas operações e guardar em arquivo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Excelência, não só o procedimento dessa equipe nessas operações. É um procedimento da área de Inteligência, certo, para subsidiar dados futuros numa necessidade.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas, aí, a orientação era que esse arquivo ficasse com o departamento ou com o escrivão da operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Especificamente, essa que trata do que foi apreendido em minha residência, que é o HD externo, foi dito para ficar em minhas mãos, porque, no departamento, alterando eventualmente a autoridade policial que conduz, como ocorreu, por exemplo, que após... acho que dia 20, em torno de 20 de junho, não lembro a data com exatidão. Então, houve a substituição da equipe e foi o Dr. Saad, de São Paulo, que continua a condução dos trabalhos de investigação. Então, a Dra. Karina Murakami subsidiou durante um período o Dr. Saad e depois... ela sabia da existência desse *backup*. O Dr. Saad, pelo que eu tenho conhecimento, também sabia. Ninguém me solicitou a devolução. E mais: nesse período houve necessidade de informação à Justiça, se não me falhe a memória, ainda no mês de julho, e depois, no mês de agosto. E a equipe que estava na época com o Dr. Saad não estava conseguindo repassar essa informação para a 6ª Vara Federal. Então, mesmo depois da operação me foram solicitadas algumas informações complementares. E em função de eu ter esse *backup*, eu tive condições de estabelecer essas informações, como, por exemplo, o número de áudios e o número de telefones interceptados no período. E me parece que não tinha esse controle. Então, eu subsidiei essa informação ao Judiciário. Eventualmente...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ao Judiciário?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso foi um pedido do Judiciário.





**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não, porque essa informação não estava... o Judiciário não tinha controle dos números que ele mandou interceptar?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na época, se não me falha a memória, foi no mesmo período em que apareceu a suspeição sobre a existência de um grampo do Ministro Gilmar. Então, houve um questionamento para saber se isso existia ou não dentro da Operação Satiagraha. E eu como fui o responsável nessa...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Só para fazer um parêntese, Sr. Walter: o Judiciário tem um controle de tudo que ele autoriza interceptar. Está nos autos do processo. Então, essa solicitação do Judiciário a V.Sa. ou ao Delegado da Operação Satiagraha, ou o que estava originalmente, ou o que recebeu a operação, essa pergunta do Judiciário teria o condão de determinar se foi feita alguma interceptação que não foi autorizada.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Literalmente fazer um cruzamento de dados. Foi o que eu entendi. Foi o que eu entendi.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Para ver se teve alguma autorização não autorizada.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E essa solicitação foi feita ao senhor, como escrivão que tinha um *backup*, ou... porque pelo que eu percebi do depoimento de V.Sa. e pelo que eu conheço do Sistema Guardião, ele é um sistema plenamente auditado.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Correto.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Tudo que acontece está lá registrado.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ahã.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E por que o pedido da autoridade policial não foi diretamente para que se fosse investigar lá, no HD, do sistema se aquele número estava lá? Ou se aquela interceptação...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É exatamente isso que, à época, eu não entendi. Mas, como me foi solicitado, eu não sei se estava havendo uma demora na...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - A solicitação foi feita pelo Dr. De Sanctis ou pelo Delegado Amaro, para poder saber quais foram os números? Esse cruzamento de dados foi solicitado por quem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Esse cruzamento de dados... não... foi solicitado uma listagem dos números...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quem foi a autoridade solicitante? V.Sa. tem condições de informar a esta Comissão quem pediu esses dados?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Quem solicitou esses dados?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Foi o Dr. De Sanctis, foi o Dr. Ali Mazloun, foi o Dr. Luiz Renato, foi o Delegado Amaro, foi o Delegado William? Quem fez essa solicitação específica a que o senhor está se referindo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O Dr. De Sanctis.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O Dr. De Sanctis fez essa solicitação para saber...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Por *e-mail*.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - ... *por e-mail*, ele queria saber... Foi uma solicitação oficial?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu recebi no meu *e-mail* institucional.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O senhor ainda era escrivão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Foi o que eu disse. Eu estava fora...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não era mais o escrivão oficialmente?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É isso. Estava fora da Operação Satiagraha.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, ele queria fazer uma pesquisa com o senhor, entendeu, para saber quais os números tinham sido interceptados para saber se...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Foi essa a leitura...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - ... se eventualmente tinha algum número que não tinha sido autorizado.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... foi essa a leitura que eu fiz.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Essa leitura que V.Sa. fez.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O Dr. De Sanctis estava prospectando para saber se...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Diante da...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - ... entre os números interceptados esse poderia estar.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... diante da celeuma que na época existia sobre esses fatos.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E V.Sa., entre os números interceptados, foi encontrado algum número do Ministro Gilmar Mendes ou do Senador Demóstenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não foi encontrado.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Inclusive quanto a isso eu falo com muita segurança: todos os números interceptados de telefone e autorizados lá, por São Paulo, foram registrados no Guardião, certo? Então... e o Sistema Guardião — V.Exa. disse muito bem que ele é plenamente auditável —, agora, ele é alimentado manualmente. Ou seja, a operadora de telefonia vai fazer a transferência do áudio interceptado; só que um analista administrador, lá, do Guardião vai registrar que número é esse, para que número vai ser feita a linha de transferência, o nome do alvo. Isso aí é registrado manualmente. Então, eventualmente poderia, na leitura que eu fiz à época, poderia ter havido algum erro, alguma inversão nessa alimentação.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quando o áudio vem dedicado pela operadora, o sistema não identifica automaticamente qual é o número que está sendo interceptado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O sistema não tem essa capacidade?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, vou fazer aqui uma hipótese absurda para que V.Sa. possa me confirmar, porque isso é importante e



relevante para esta CPI, e esse pode ser objeto, inclusive, até para o pessoal da Comissão. A informação que nós tínhamos, ou pelo menos pensávamos que tínhamos, é que, quando o áudio vinha, o sistema tinha condições de identificar qual era o alvo que estava sendo interceptado. Vou falar sobre uma hipótese absurda. Vamos supor que eu pedisse para interceptar o telefone do Deputado Domingos Dutra; a operadora dedicasse esse áudio para mim, do Deputado Domingos Dutra. Eu como... como é que chama... administrador do sistema, para mascarar que o Deputado Domingos Dutra estava sendo interceptado, eu boto um outro número. Naquela data, eu entrei e estou aqui interceptando o número do Deputado Simão Sessim. Então, isso é possível?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É possível, mas vai ficar registrado. Vai ficar registrado esse fato da alteração e do cadastro. E aí significa o quê? Se eventualmente, na hora que é realizado um *backup*, porque nós fornecemos para a Justiça...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Só para entender: naquele momento em que o áudio está interceptado, vai ter aquele áudio específico e vai ter uma informação através do administrador que o alvo estava sendo interceptado. Então, é possível, fazendo auditoria do sistema, perceber que o áudio que foi escutado naquele período não corresponde à informação que o administrador colocou no sistema?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Exatamente. E o administrador, no caso, é um gerente, analista gerente do Guardiã. Cada localidade possui um.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Quem era o administrador, no caso, lá, da base de São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Em São Paulo, a escritã Noráia, que é... mas no caso do guardião, não é?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Do guardião.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, independente... sei lá, 50 operações em andamento, é ela que faz a gestão disso daí.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ela é a administradora?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, ela é administradora.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** – Agora, eu entendi uma coisa que também me deixou um pouco sem saber... não sei se foi um problema de expressão. Mas eu entendi que V.Sa. teria dito que recebia os mandados judiciais e encaminhava à operadora. Não é um procedimento inverso? Ou seja, o juiz, ao expedir o mandado de interceptação, ele encaminha diretamente à operadora e não à autoridade policial?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É... veja bem: a questão é que o mandado judicial é representado, formalizado, através de ofícios a serem encaminhados à operadora. Esse ofício é encaminhado à equipe que está realizando interceptação. Estou dizendo a realidade naquele momento. Agora, já faz quase 1 ano que eu não trabalho mais com isso; eu não sei se alterou. Então, esse mandado judicial, representado por um ofício à operadora, onde constava o número e autorizada a interceptação, ele era encaminhado à autoridade policial que, por sua vez, solicitava ao gestor do Guardiã um número para desvio. Assim, para simplificar, o Guardiã nada mais é do que uma secretária eletrônica com uma memória enorme. Então, ele vai deixar ali registrado tudo o que lhe foi inserido. Dessa situação, significa o quê? O mandado judicial é entregue à pessoa responsável pela execução dessa fase. No caso, eu recebi a informação no Guardiã de qual era o número a ser feito o desvio no Guardiã, que iria receber o desvio no Guardiã, e a partir daí eu passava para a autoridade policial, que providenciava os ofícios, formalizando entre o mandado judicial e entre o dado do Guardiã, porque no mandado judicial não constava o número que deveria receber no Guardiã. Eu não sei se estou conseguindo me fazer entender.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Só para saber se eu me fiz entender por V.Sa. A autoridade requeria, o juiz concedia...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Certo.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - O juiz mandava uma cópia do mandado para a base, para que fosse registrada no sistema a autorização judicial que deu permissão para aquele áudio ser interceptado. Agora, a pergunta é: o juiz mandava o mandado para a operadora, para vocês, e vocês entregavam à operadora ou ele mandava diretamente à operadora o mandado?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ele não mandava diretamente à operadora. Mandava a nós, e, depois, nós fazíamos o reencaminhamento à operadora.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E esse encaminhamento à operadora era feito como? Entregava lá no setor específico?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, via indireta. A decisão judicial chegava à operadora por via indireta, ou seja, através de nós, para fornecermos esse desvio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas quem fazia a entrega eram os agentes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Na base de São Paulo foram utilizadas, para a interceptação, maletas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, em nenhum momento.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Em nenhum momento? Todas as interceptações de áudio eram só pelo sistema Guardião?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Só com autorização judicial e pelo sistema Guardião.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E, além dos agentes da Polícia Federal que participaram das operações na base de São Paulo, agentes da ABIN participaram também?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Veja bem, todo o trabalho de polícia judiciária foi realizado por policiais federais. Então, como eu estou na condição de indiciado dentro do inquérito policial do Dr. Amaro, e especificamente pelo fato da participação dos agentes da ABIN, então, quanto a esse tema, eu prefiro me reservar o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Isso também se estende à cessão? Porque nos autos do inquérito há uma notícia de que a senha do agente Borba, que estava desativada, teria sido utilizada para que agentes da ABIN pudessem acessar o sistema também. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Olha, da mesma forma, essa situação específica de utilização de senha..., a senha judicial era concedida aos policiais para



o acesso a cadastro e a banco de dados das operadoras de telefonia, e essas senhas sempre foram utilizados por policiais federais.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Talvez eu não tenha sido preciso na minha pergunta. Há, no inquérito policial...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desculpe-me, Sr. Relator, é que não está muito claro.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Vou chegar lá, portanto, vou deixar claro. A questão concreta é a seguinte: no inquérito policial que apura o vazamento da Operação Satiagraha, há uma informação de que há um agente policial que tem o sobrenome Borba, e essa era uma senha de acesso ao sistema Guardiã. Essa senha foi utilizada sem autorização do agente Policial Federal Borba. Para ter acesso, ela foi reativada e ela teria dado acesso a não policiais federais ao sistema. Essa é a questão que eu gostaria que V.Sa. informasse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Sr. Presidente, pela ordem. O senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não. Dr. Lessa com a palavra.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Sr. Presidente, nós temos uma liminar do colendo Supremo Tribunal Federal nos dando o direito inclusive das prerrogativas da Lei nº 8.906, de 1994. Então, com todo o respeito — e veja V.Exa. que estamos com a maior boa vontade —, a testemunha está respondendo as perguntas de V.Exas...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Doutor, deixe-me só fazer uma breve interrupção a V.Sa...

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - ... mas essa pergunta vai influir no direito dele.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Permita-me fazer uma breve intervenção, porque o senhor não me conhece e, portanto, não sabe como é o meu procedimento aqui. Eu sou bacharel em Direito por formação. Conheço os direitos do seu cliente, e nesta CPI, enquanto eu for Relator, não haverá nenhum tipo de constrangimento e nenhum tipo de manobra que faça com que alguém se autoincrimine. Eu sei que o seu cliente está aqui protegido por uma extensão de



*habeas corpus*. Ele responde o que ele quiser. Eu disse a ele que se ele achasse que essa informação era extensiva à informação anterior, ele poderia declarar como a qualquer outra pergunta que eu fizer. O que ele achar que ele não precisa falar para se autoincriminar, ele tem toda a liberdade, e não vai haver nenhuma coação, nenhum constrangimento para que ele diga isso, como ele falou na pergunta anterior. Só para ficar entendido.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Sim, gostaria só de consignar que V.Exa. é testemunha da nossa boa vontade, mas como...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Eu acho desnecessário, mas como V.Sa. é advogado dele, está no direito, mas eu quero deixar isso bem claro também.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - ... mas como ele está indiciado no inquérito, e o pano de fundo é exatamente o que se apura nesta CPI, algumas respostas certamente vão lhe trazer dificuldades lá no inquérito. Ele sofreu uma busca e apreensão, medida constritiva; ele não teve acesso; ele pediu, foi negado; ele fez *habeas corpus*, foi negado. Então, até agora, ele foi indiciado sem saber por quê. Tanto que, no art. 325 do Código Penal, violação de sigilo, ele não conhece até hoje a base empírica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Dr. Lessa, já recebemos a manifestação de V.Exa.. O Relator já colocou o ponto de vista; ninguém será aqui, em nenhum momento, constrangido ou obrigado a responder o que não quiser responder, desde que esteja resguardado por uma ordem do Supremo Tribunal Federal, como é o fato aqui. Mas há uma coisa que eu acho que é fundamental, e é bom que eu, na condição de Presidente, também faça um alerta ao depoente: ele não coordenava a operação, ele era um coordenado. E, na condição de coordenado, ele recebeu determinações que para ele poderiam parecer legítimas e legais e, ao mesmo tempo, essas ordens, que para ele poderiam ser legítimas e legais, podem estar, no futuro, sendo consubstanciadas de ilegítimas e ilegais.

Então, o fato já é público e notório, e a oportunidade de ele poder esclarecer é nesta Comissão e neste momento, já que, como V.Sa. muito bem disse, ele não teve a oportunidade de fazê-lo da melhor maneira possível em função do indiciamento que ele recebeu na Polícia Federal. Acho que este aqui é o momento, porque já





ficou claro e pacífico que agentes da Agência Brasileira de Inteligência participaram efetivamente dessa operação, dito pelos próprios agentes, que tiveram inclusive acesso ao sistema Guardião para fazer degravações do sistema. Então, eu acho que é muito mais em prejuízo dele ele não poder dizer aquilo que efetivamente se passou, porque já que a culpa não é dele, já que ele era um comandado dessa operação... Porque, aqui, o que parece? Parece que, na verdade, ele não era um comandado, que era ele que comandava, que foi ele que deu a ordem para a ABIN participar. E, aí, fica até uma pergunta que eu gostaria que ele respondesse: se em algum momento ele ouviu algum dos seus superiores dizer se essa operação era uma operação do interesse da Presidência da República ou não.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Não, Excelência, eu pediria, com todo o respeito, mas essa é uma pergunta que ele não deve responder, porque vai lhe trazer prejuízo, e amparada nessa... E eu tenho certeza, aliás, eu digo que esse poder, essa pretensão do advogado de fazer valer o direito só tem respaldo quando quem detém o poder tem uma concepção de legalidade, e eu tenho consciência disso nesta CPI, tanto que nós chegamos aqui, e ele começou a falar. Eu falei: “pode explicar. Agora, aquilo que lhe trouxe prejuízo lá no inquérito, você não deve falar”. Foi isso, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Dr. Lessa.

Então, eu faço esta pergunta porque a acho importante: em algum momento algum dirigente dessa operação informou a V.Sa. que esta operação era uma operação do interesse da Presidência da República? O senhor ouviu essa expressão em algum momento?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Excelência, eu vou seguir a orientação do meu advogado e usar o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Relator.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Walter, na base de São Paulo, agentes da ABIN participaram da operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desculpe, Excelência, eu não ouvi.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Pois não. Na base de São Paulo, agentes da ABIN participaram da operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Excelência, eu...



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não estou dizendo necessariamente que tivessem feito interceptações. Quero saber se na base de São Paulo participaram agentes da ABIN nessa operação. V.Sa. presenciou a participação de agentes da ABIN na base de São Paulo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Vou usar o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Sr. Presidente, eu considero que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu tenho uma pergunta que acho importante: o senhor disse que o senhor manteve consigo um *backup*, e que esse *backup* foi determinado pelos seus superiores. É normal um escrivão de Polícia Federal que não esteja mais afeto à investigação que está sendo realizada manter consigo áudios de interceptações telefônicas realizadas no decorrer daquela operação? Ou quem tem de ter esse arquivo é o juiz, a quem se destina a prova colhida na investigação? Ou é o Departamento de Polícia Federal? Ou havia alguma suspeita por parte dos integrantes da equipe que fazia a investigação de que a administração da Polícia Federal poderia modificar essas provas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sobre a questão do *backup*, é normal, porque a realização dos relatórios que são assinados, eles são de conteúdo de dados e áudio, e, eventualmente, isso é questionado judicialmente. E, às vezes, até mesmo por algum motivo na cópia de dados, um arquivo pode ficar corrompido, então, a pessoa vai..., o advogado acaba tendo acesso à íntegra do conteúdo interceptado e que está disponível em juízo. E, de repente, naquele conteúdo existem fragmentos, ou corrupção de arquivos que ocorreu na hora de realizar a cópia da mídia. Então, esse fato por si só... É normal, eventualmente, haver o pedido para substituição de determinados áudios ou substituição de determinados relatórios. Isso aí poderia ser feito exclusivamente com *backup* do sistema Guardião. Mas, eventualmente, ocorrem também no sistema Guardião alguns problemas desse tipo. Então, existe uma cultura nesse contexto, não só a respeito da Operação Satiagraha, mas, de maneira geral, nas operações. Com as pessoas com as quais já tive contato, esse fato ocorre.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só para ficar bem claro, para que possamos entender bem essa questão: quer dizer, eu faço uma operação policial; nessa operação policial, eu requeiro à Justiça a quebra do sigilo; essa quebra de sigilo é deferida, e eu começo a realizar interceptações; eu cesso a minha participação nessa operação; essas coisas são encaminhadas à Justiça, mas eu guardo comigo, a nível pessoal, interceptações telefônicas de pessoas que foram objetos de investigação da qual eu não mais faço parte. O senhor acha isso uma coisa normal e é cultural no Departamento? Porque, se for... É muito grave no Departamento de Polícia Federal se isso estiver sendo feito.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não estou dizendo todos os áudios. Estou dizendo aqueles áudios vinculados a um relatório. Por exemplo, eu disse que alguns relatórios eu realizei, fiz a transcrição, assinei como analista, e, eventualmente, posso ser questionado a qualquer momento sobre esse conteúdo dos porquês da análise que foi realizada. Então, nesse contexto, o *backup* daquilo que é objeto de análise ou objeto de representação, o conteúdo normalmente é preservado durante um tempo, até que, vamos dizer assim, que se supere a primeira fase processual, por exemplo, onde não haverá mais a necessidade de instrumentalização. Então, existe durante um prazo essa manutenção desse *backup*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Por exemplo, esse relatório do José Dirceu foi o senhor que confeccionou?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas estava no seu arquivo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É um *backup*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não concluí ainda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não concluiu? Então, o Sr. Relator. Pensei que tivesse concluído.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não tem problema. (*Pausa.*)



Escrivão Walter, eu pergunto a V.Sa. se durante o curso da Operação Satiagraha foi feita alguma solicitação de interceptação de comunicação telefônica que fosse estranha ao foco da interceptação; se foi feito algum requerimento de alguma interceptação que fosse estranha ao foco da interceptação.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ao foco da investigação?

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Isso.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Alguma autoridade com foro privilegiado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Posso complementar? É que em alguns momentos, as pessoas investigadas contatavam, via telefone, às vezes pessoas com foro privilegiado. Então, a pessoa interceptada é que eventualmente estava contatando... Era o caso, por exemplo, de um lobista ou uma pessoa que conhece, não sei, tem amizade, e então fazia o contato. Mas a pessoa com foro privilegiado não estava sendo investigada. E quando isso ocorria, esse fato era levado ao conhecimento da autoridade policial, que, através do relatório, informava o Ministério Público. E, num segundo momento, se houvesse qualquer necessidade, seria solicitada a investigação específica na área competente. Então, eventualmente, qualquer pessoa que tenha sido ouvida e que naquele momento tivesse foro privilegiado, em momento algum ela era, vamos dizer assim, objeto de investigação. Em momento algum ela tinha a interceptação contra a sua pessoa.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Eu pergunto a V.Sa... Queria até aproveitar para deixar um posicionamento meu, como Relator. Estava até discutindo aqui com... Não é que V.Sa. tenha de se manifestar sobre isso. Até acho que não é o caso. Mas eu penso que essa é uma matéria que nós precisamos discutir aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem de ser objeto de regulamentação.

Primeiro, não acho correto arquivos pessoais de qualquer tipo de operação. Não acho e, inclusive, vou mais adiante: não acho que o Estado deva ter esse tipo de arquivo, mesmo que seja para eventuais recomposição de autos ou coisa parecida porque... Eu penso que o procedimento que deva ser adotado é o seguinte: há interceptação, ela ocorre em segredo de Justiça; o conteúdo é encaminhado para



o juiz, isso vai fazer parte dos autos do inquérito de forma apartada; o conteúdo que não presta tem de ser inutilizado, e o Estado não pode ter um arquivo pessoal de cidadãos, sejam eles investigados ou não.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Permita-me uma observação? É muito rápido.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Imagine se isso acontece na Receita Federal, levar para casa os processos referentes à Receita, no Banco Central, no Tesouro... O senhor imagina como haveria...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - São dados sigilosos, que deveriam estar de forma sigilosa protegidos, seja no acondicionamento, seja remetidos à autoridade competente para tê-los em guarda. E eu penso que nós devemos proibir, no projeto de lei que vamos sugerir, qualquer tipo de arquivo pessoal ou mesmo até que o Estado mantenha esse tipo de arquivo, a não ser pelo período que durar a investigação. E, após a remessa desse à autoridade competente, que é a autoridade judiciária, esse tipo de arquivo não deve mais estar sob a guarda do Estado. Eu penso assim. Eu penso que nós deveríamos...

Eu vou parar por aqui, Sr. Presidente, por 2 motivos. Primeiro, porque o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito é interceptação de comunicações telefônicas. Segundo, porque o escrivão Walter está aqui protegido por um *habeas corpus* e não seria necessário, até porque isso já foi objeto de depoimento em Justiça, perquirir sobre o vazamento da Operação Satiagraha em relação ao dia da operação, com a cobertura privilegiada. Essas coisas todas eu acho que seria até desnecessário perguntar aqui. Primeiro, porque não é o foco desta Comissão Parlamentar de Inquérito; segundo, porque isso já está por demais documentado no inquérito policial, até com indiciamento. Portanto, não constrangeria o escrivão Walter responder ou então ter de ficar negando aqui, por força do *habeas corpus* que o está protegendo.

Portanto, eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente, por hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Sr. Relator.

Antes de passar a palavra ao Deputado Arnaldo, eu queria ler o art. 6º, da Lei de Escutas Telefônicas.



*“Art. 6º Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.*

*§ 1º No caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição.*

*§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas.*

*§ 3º Recebidos esses elementos, o juiz determinará a providência do art. 8º, ciente o Ministério Público.*

*Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.*

*Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após a esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.”*

Ou seja, em nenhum momento está autorizado a quem quer que seja deter, manter consigo qualquer tipo de interceptação telefônica. Tem que acompanhar os autos e tem que estar com o juiz. É a mesma coisa de o indivíduo fazer uma apreensão de cocaína e levar para casa uma parte da mercadoria, para que, se for necessário, fazer a contraprova ou poder ser analisado numa outra perícia.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Se V.Exa. me permite, inclusive toda a minha linha de raciocínio acompanhou a Lei nº 9.296.



Ocorre que eu acho que é uma dedução lógica da leitura do texto da lei. Mas eu penso que, como medida de aprimoramento, para que essas questões fiquem bem claras, devemos, no texto da lei, expressamente consignar essas proibições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Arnaldo, até frisando que o depoente que aqui se encontra já prestou um depoimento sob compromisso perante a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, no qual ele afirma que agentes da ABIN não participaram da operação. E nós já temos as informações aqui de que eles participaram.

Então, acho que essa questão só vai avançar na medida em que as pessoas se disponham a verdadeiramente aqui comparecer e dizer a verdade.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Walter, quem são seus advogados?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Estão aqui me acompanhando os Drs. Raul Livino, Sebastião Lessa e Orestes Fernando.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem contratou os advogados para você?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu recebi a orientação de comparecer por convocação, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e fui contatado, porque a Associação — me parece a Associação dos Delegados de Polícia Federal — estava prestando essa assessoria jurídica ao Dr. Protógenes e me foi estendida essa assessoria. Porque, como eu não pertencço a nenhuma entidade de classe, então, eu não tenho nenhuma entidade de classe me assessorando juridicamente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, o Dr. Protógenes que intermediou com a Associação para eles serem seus advogados?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ele quem realizou, ele disse que estaria à disposição, no caso, para todo o grupo que trabalhou, a equipe que trabalhou junto com ele.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que o interesse do Dr. Protógenes em contratar os advogados para o seu depoimento?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não sei o que responder, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você já está indiciado?



**O SR. WALTER GUERRA SIL VA** - Sim. Estou indiciado no inquérito em que preside o Delegado Amaro, Dr. Amaro.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Particularmente, você acha que foi uma injustiça o seu indiciamento?

**O SR. WALTER GUERRA SIL VA** - Eu acho que foi uma perseguição.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que você acha que foi uma perseguição?

**O SR. WALTER GUERRA SIL VA** - Porque, veja bem, eu fui indiciado porque houve acesso a outras pessoas a uma investigação sigilosa. Só que essas pessoas eventualmente que tiveram acesso não foram indiciadas por usurpação de função pública. Eu estava subordinado e sob ordens. E, na minha condição de subordinado, em momento algum, eu observei uma ordem manifestamente ilegal, realizada não só pelo Dr. Protógenes, como também pelos Delegados — a Dra. Karina Murakami, Victor Hugo Ferreira, Carlos Pelegrini. Então, por isso eu me considero uma pessoa que, em determinado momento, está sofrendo consequências por ter trabalhado honestamente, e essas consequências de fundo político. Porque, efetivamente, por exemplo, a respeito dessa questão, o Sistema Guardiã não possui uma regulamentação. Os Srs. Deputados estavam comentando a respeito dessa regulamentação possível da Lei de Interceptação Telefônica, mas o Sistema Guardiã não tem um regulamento dentro da Polícia Federal para dizer o que acessar, como acessar, quem pode acessar, como fazê-lo. Então, cada local, cada Estado, cada centralizador ou gestora de Guardiã cria um procedimento próprio, que é passado de um para outro por via oral, de maneira, de tradição, por tradição oral.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você diz que está sendo perseguido. Você acha que está sendo perseguido por quem? Você falou em politicamente, inclusive. Qual é essa perseguição e qual essa ação política?

**O SR. WALTER GUERRA SIL VA** - Eu não tenho essa visão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Desconfia?

**O SR. WALTER GUERRA SIL VA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou suspender por 10 minutos.





**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Para que nós possamos exercer o nosso direito de votar.

Voltamos em 10 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vamos recomeçar os trabalhos.

Peço ao escrivão que tome assento.

A palavra se encontra com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, a quem eu peço que continue os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu queria pedir ao ilustre Deputado, se me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - À vontade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Raul Jungsmann com a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O depoente, Sr. Presidente, nos informou que os seus advogados, Deputado Arnaldo Faria de Sá, seriam colocados à disposição, disponibilizados pela assessoria, perdão, pela Associação dos Delegados Federais da Polícia Federal. É isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu quero informar que falei, neste instante, com o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia Federal, Sandro Avelar, e ele negou. Ele disse que não estava, de modo algum, nem ele, nem a associação dele, arcando com as custas de qualquer assessoria jurídica ao senhor.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu só repeti o que me foi informado.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Bom, eu quero lhe dizer que o Presidente — e eu posso disponibilizar o telefone para o Presidente, para que ele entre em contato agora — negou peremptoriamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - A palavra de V.Exa. tem fé pública, Deputado Raul Jungsmann.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Muito obrigado.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Foi informado por quem Walter?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Ou então há uma contradição, aqui, que é preciso esclarecer.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você disse que foi informado. Foi informado por quem ?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não, tudo bem — pelo Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Um momento.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que se encontrava com a palavra. Em seguida...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Walter disse que foi informado. Foi informado por quem dessa condição?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Excelência, com todo o respeito, a contratação ou o acompanhamento por defensor, por advogados, no caso, os que me acompanham, é uma questão de foro íntimo, então, peço perdão ao senhor, mas não vou estender mais sobre esse tema. E, se houver algum outro ponto que eu possa esclarecer para o senhor...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Respeito sua posição.

O advogado quer falar alguma coisa. Pode falar, Doutor.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - O Dr. Sandro é o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Eu sou o fundador. Eu sou o fundador da Associação. O Dr. Santos estava nos Estados Unidos. O Vice-Presidente, Dr. Bolivar, é que andou... Nós temos uma semana que estamos correndo para lá e para cá, sem receber um centavo, Deputado. E eu sou Vice-Presidente da Comissão de Ética e Prerrogativas da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Tenho minha carteira aqui. O Dr. Sandro, certamente, não está sabendo de nada porque ele chegou anteontem, parece, dos Estados Unidos. Ele estava fazendo um curso lá. O senhor está entendendo?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Perfeitamente. Quero dizer, pedir a ele que se informasse...

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Então, eu queria confirmar ao Sr. que ele está equivocado, ele não está sabendo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que a explicação de V.Sa. já foi prestada. E eu apenas... Aí vai-me permitir fazer apenas um comentário. Acho que o Dr. Lessa pode fazer a advocacia que desejar fazer *pro bono*. Ele pode fazer o que desejar fazer na sua advocacia. Agora, eu também quero lembrar o seguinte.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - Minha carteira...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Dr. Lessa, eu estou com a palavra — eu conheço a sua condição e a sua competência — e estou dizendo que o senhor poderia estar aqui inclusive na condição de *pro bono*, advogando para quem o senhor quiser. E é um direito puro e pleno seu. Agora, também cabe o registro do seguinte — com todo o respeito que me merece o depoente —, ele é um escrivão de Polícia Federal, portanto, ele não é membro da Associação dos Delegados de Polícia Federal e, portanto, não encontra a sua representação nessa Associação.

Deputado Arnaldo Faria de Sá com a palavra, depois, passo a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Presidente. Não, é meramente uma complementação. Se me permite, não tomarei mais do que 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu quero só informar a senhor, sem polemizar, que pedir ao Presidente Sandro Avelar que buscasse informação a respeito disso, porque ele também me disse que estava no exterior, nos Estados Unidos. Então, ele foi atrás da informação. Pelo menos, no âmbito da diretoria dele, ele teve uma negativa. Por isso ele me retornou dizendo que não, que não havia esse apoio. Não estou polemizando com o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. SEBASTIÃO JOSÉ LESSA** - O Vice-Presidente, Dr. Bolivar Steinmetz, vai responder para ele — o Vice que estava na presidência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, na verdade, toda essa celeuma aí, eu queria justamente provar o que acabou ficando claro, independente da admissão e da própria manifestação do escrivão Walter. Ele não é delegado de polícia. Quem está patrocinando esses advogados é a Associação dos



Delegados de Polícia, e ele não é delegado de polícia. Era só o que eu gostaria de deixar claro. Para mim, já ficou bastante claro, o suficiente.

Eu queria perguntar ao Walter por que hoje ele está em Ribeirão Preto?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, hoje eu trabalho como Escrivão de Polícia na Delegacia de Polícia Federal de Ribeirão Preto. Eu pedi remoção dentro do concurso normal que existe internamente na Polícia Federal. Isso foi, mais ou menos, no mês de outubro de 2007, e, oficialmente, desde fevereiro de 2008 que eu estou lotado oficialmente na Delegacia de Polícia Federal de Ribeirão Preto. E o motivo é pessoal. Minha família é daquela região, tanto da minha parte como da minha esposa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você está lotado em Ribeirão Preto desde...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Fevereiro de 2008.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se você já estava lotado lá em fevereiro de 2008, por que você continuou trabalhando na Operação Satiagraha que não era de Ribeirão Preto?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A Operação Satiagraha, como qualquer outra operação dentro da Polícia Federal, ela estabelece recrutamento de policias para auxiliarem nos trabalhos. Então, por exemplo, às vezes, uma operação pode ser simples, envolvendo um grupo pequeno de pessoas, e 2 ou 3 policiais darem conta da operação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você foi requisitado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, eu já estava trabalhando na Operação e continuei a trabalhar até o final.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, mesmo lotado em Ribeirão você continuou trabalhando?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mesmo lotado eu fui cedido pelo chefe da delegacia de Ribeirão Preto para continuar a trabalhar na Operação Satiagraha.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você chegou a assumir em Ribeirão e ficou à disposição da base de São Paulo na Operação Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. Em missão, não é? Eu estava em missão em São Paulo.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E você, pelo fato de estar numa delegacia e prestando serviço em outra, você tinha alguma vantagem pecuniária?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Tanto no momento anterior, quando eu estava, por exemplo, lotado na DIP, aqui em Brasília, estava exercendo o trabalho na operação, em missão, em São Paulo, antes, eu já recebia o valor equivalente às diárias que são pagas para ressarcimento de despesas com hospedagem e alimentação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Em que locais físicos você trabalhou na Operação Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Somente em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Inclusive no hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - No hotel? O que era essa base do hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na área de inteligência, isso, a Polícia Rodoviária utiliza, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar, através da P2, algumas operações mais sensíveis ou mais... Seriam, assim, operações sigilosas, elas são realizadas fora do centro normal de atividades.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem operacionalizava esse local externo? Era você ou Dr. Queiroz?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sempre o Dr. Queiroz, o coordenador da operação.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quer dizer, o contato com o hotel para reservar uma ala e tal, você não tem que participar de nada?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Isso, não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não? Por que você recebeu no seu *e-mail* pessoal um *e-mail* do juiz De Sanctis?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Do juiz, não. Foi da Secretária de Gabinete. Não. Não é um *e-mail* pessoal, é um *e-mail* institucional.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, um *e-mail* institucional. Por quê?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Porque é um *e-mail*... Inclusive, em todos os relatórios que eu fiz, consta esse *e-mail* institucional para eu receber informações das operadoras, certo?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mesmo depois de terminada a operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Eu estou só fazendo um preâmbulo. Informações das operadoras das operações que estão em andamento que eu esteja acompanhando. E, também, é utilizado como mecanismo de troca de correspondência, por meio eletrônico, com o Ministério Público, com a Justiça Federal e também com outros policiais federais. É um *e-mail* institucional.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você teve acesso a senhas fornecidas pela Justiça?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Senhas para acesso a cadastro e banco de dados de operadoras. Sim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você disponibilizou essas senhas para alguém?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Só você operava as senhas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. Eu tinha as minhas senhas; os outros policiais federais que trabalhavam também, na época, tinham senha.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, a senha não era só uma senha. Eram várias senhas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Cada policial que tinha autorização, ele recebia uma senha da própria operadora.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você sabe quantas senhas são ou não? Nesse caso da Operação Satiagraha.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, a senha é vinculada ao policial.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas quantos policiais tinham senhas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Três.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem são?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu, Amadeu Ranieri, outro Escrivão de Polícia Federal, e o terceiro Gilberto Chauvet. Depois que saiu da Operação Satiagraha, ele passou a não ter mais acesso à senha.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a senha dele foi repassada para quem? A do Gilberto?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nenhuma dessas senhas foi repassada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se ele saiu, teria que indicar um outro para poder ter a senha.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, porque ninguém o substituiu. Estávamos um grupo maior de policiais, e esse grupo foi minguando. A Operação aumentando e o grupo minguando, então, o número de policiais federais ficou reduzido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quando o grupo foi minguando, o Dr. Protógenes trouxe pessoas da ABIN para trabalhar. Você tinha conhecimento disso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Essa informação, já que estou indiciado no inquérito policial sobre esse assunto, então, eu me reservo o direito de manter silêncio.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Respeito. Você, no decorrer das suas manifestações, mostra uma ação policial muito mais de investigador do que de escrivão. Por que isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Veja bem, o fato de eu possuir o cargo de escrivão de Polícia Federal me proporciona habilidade tanto para ter essa facilidade de trabalho com papéis, assuntos escritos, como também outros tipos de atividades vinculadas a investigações. Por exemplo, a interceptação telefônica é só uma ferramenta. Uma interceptação telefônica ou áudio não confirma nada. Se não tiver um agente de campo para confirmar se fulano é fulano mesmo que está falando ao telefone, não vai significar nada. Então, eu recebi treinamento na área de inteligência policial por parte do Departamento de Polícia Federal. E sou formado, sou Bacharel em Direito.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Você disse que tem que fazer a separação. Nessa separação, você deparou-se com alguém que não devia ter sido grampeado e apartou isso do Guardiã?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Jamais. Todos aqueles que foram grampeados, houve a interceptação com a autorização judicial. Às vezes, popularmente, utiliza-se o termo “grampo” de maneira genérica. Então, às vezes, uma gravação entre 2 interlocutores numa gravação ambiental é utilizada uma expressão de grampo. Às vezes, gravação em um telefone por um dos interlocutores, eles falam que era grampo. Então, o grampo, em si, toda interceptação telefônica da Operação Satiagraha, ela tem por base a autorização judicial.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Além do Guardiã, que não comprometa a investigação, o que teve de gravação ambiental?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não me lembro. Por que, como eu fiquei muito afeto apenas à questão da interceptação telefônica, então, eventualmente, qualquer outro fato que tenha sido utilizado, eu não tenho como confirmar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Dá uma orientação para nós aqui que não conhecemos. Como funciona o Guardiã?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, como antes da interrupção eu estava explicando, o Guardiã é como um armazenador de ligações. E o Guardiã, ele não tem uma regulamentação. Por exemplo, eu trabalhei no Banco do Brasil, tive essa honra também, de trabalhar no Banco do Brasil como funcionário de carreira, e, no Banco do Brasil, uma coisa que eu achava comum em todos os órgãos públicos, tinha uma instrução normativa, ou seja, qualquer funcionário que chegasse para fazer um trabalho — contratar um seguro, fazer um AGF para um agricultor, era só ele abrir aquela instrução e ele via ali os passos a serem seguidos para poder chegar a cumprir a sua realização do trabalho. Então, é isso que não existe em relação ao Guardiã. Não existe nenhuma norma escrita para dizer o que fazer, como fazer e por quem fazer.





**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Uma opinião, sem envolver a sua situação. Uma opinião para nós da CPI. Então, você acha que tem que ter uma regra, um regulamento para poder usar o Guardião, que hoje não tem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. E essa regra, inclusive foi também dito a respeito da guarda de dados por parte de pessoas que trabalham em situações sigilosas. Então, eu digo o seguinte: é uma cultura normal na área de inteligência esse armazenamento. Isso existe. Existe na Polícia Federal, existe na Receita Federal e existe no Banco Central. Ou seja, toda vez que houver um trabalho altamente sensível, existe uma cultura de se tomar os cuidados de ter uma cópia daquele conteúdo. Isso, dentro da doutrina de inteligência, foi o que me ensinaram.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que você tenha conhecimento, quantos guardiões tem na Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O Guardião é um programa. Então, esse programa parece que tem uma licença e essa licença é disponibilizada. Então, que eu saiba, o Ministério Público Federal tem esse Sistema Guardião, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a P-2, do Estado de São Paulo, possui. Então, é um sistema de acesso à interceptação telefônica...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas na Polícia Federal todas as superintendências têm?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Acredito que sim. Eu não tenho como confirmar, não tenho como afirmar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas o sistema que era aqui, em Brasília, era outro usado em São Paulo e outro usado em...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, são independentes.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Independentes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Como um pacote *office*, que coloca no computador, depois adquire outra licença, coloca em outro computador. Então, são independentes, eles não se comunicam, não se interligam.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas os dados de um podem ser operados no outro e vice-versa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não?**

**O SR. WALTER GUERRA SILVA - Não.**

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Arnaldo, posso complementar aqui?**

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - À vontade.**

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -** Você falou do Guardião da Polícia Rodoviária Federal. Você chegou a ver esse Guardião? Você sabe onde está esse Guardião?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA -** Não vi.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -** Como você está falando que tem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA -** Não, eu disse a respeito daquilo é noticiado. É noticiado que, por exemplo, o Ministério Público Federal queria o Guardião...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -** É verdade, eu ouvi essa notícia aqui, na própria CPI ouvimos essa notícia.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA -** É, eu só repassei a notícia, não cheguei nunca a trabalhar com a Polícia Rodoviária Federal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -** Não está errada essa informação, não. Aqui, na própria CPI descobrimos que tinha o Guardião na Polícia Rodoviária Federal. Você não está errado, não.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA -** Não, é apenas a reprodução de uma notícia, não de algum fato que eu tenha visto.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -** Não, não, eu só queria ir lá para ver se a gente consegue apreender, porque eles não têm competência para...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -** Então pode começar a apreender porque tem lá, se não apreendeu é porque não quis. Tem lá, sim. Não vamos complicar a vida do Walter, que já está bem complicada, coitado!

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA -** Então, diga para nós onde está, Deputado Arnaldo, V.Exa. que sabe que está lá. Eu já fui lá, não vi, não. Mas se V.Exa. souber onde é me fale.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -** Lógico, depois que deu essa confusão toda eles sumiram com o Guardião de lá, mas que tem Guardião na... Está



cheio de grampo da Polícia Rodoviária Federal. Que polícia é V.Exa. que não sabe disso?

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Não, eu sou polícia e eu não tenho essa afirmação. Se me mostrarem um grampo da Polícia Rodoviária...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou afirmando que aqui, na própria CPI, nós pegamos grampo da Polícia Rodoviária Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Arnaldo, V.Exa. está com a palavra para fazer os seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Olha, eu não vi nenhum...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu não vou ficar quieto, eu não vou ficar quieto. Quer dizer...

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Eu não sei a qual CPI que V.Exa. veio, que V.Exa. esteve, que...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aqui, nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não é para V.Exa. ficar quieto, não, é para V.Exa. fazer os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aqui, nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Eu não estou defendendo a Polícia Rodoviária Federal, não. Eu acho que eles não têm competência. V.Exa. está mal informado e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que eles não têm competência, V.Exa. tem razão. Mas a Polícia Rodoviária Federal também tem Guardião.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - V.Exa. está mal informado, Deputado Arnaldo, V.Exa. não participou no momento ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte, vamos aguardar a sua vez, por favor.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - ... em que o Diretor da Polícia Rodoviária esteve aqui. V.Exa. não participou, não estava naquele dia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem está mal informado é V.Exa. A Polícia Rodoviária fez grampo, e é só pegar no Juiz Dr. Ali Mazloum, que



está toda a prova do grampo da Polícia Rodoviária Federal. Grampo indevido e ilegal. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - O ônus da prova é de quem indica.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou afirmando, e tem documento aqui na CPI.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Quero que V.Exa. traga aqui.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou afirmando.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Traga a prova, quero que V.Exa. traga aqui e mostre...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu estou afirmando.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - ...um grampo da Polícia Rodoviária.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estou afirmando e vou levantar para você que nesta CPI nós já fizemos...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou pedir que continuemos com os nossos questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Em seguida, passo a palavra, na ordem, ao Deputado Laerte Bessa.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, só para completar a parte final. Permite-me completar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu queria saber do Walter se essa questão da apreensão do HD externo feita em sua casa lhe constrangeu.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, não só a mim como a toda minha família, porque a apreensão ocorreu no dia 5 de novembro. E eu fui ouvido pelo Dr. Amaro Ferreira mais ou menos em setembro, não me recordo a data. Inclusive, depois disso, passei por um transtorno pós-traumático, mas pelo fato seguinte: que eu disse no depoimento perante o Dr. Amaro que eu possuía esse HD externo, que eu tinha esse *backup* e os motivos dele. E ele não me solicitou, ele mandou que fosse realizada uma busca e apreensão na minha casa.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por que você falou que passou por um transtorno?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Foi um transtorno porque eu acredito que trabalhei de maneira honesta, trabalhei cumprindo ordens. Nesse caso específico, por exemplo, da busca e apreensão, eu havia informado à autoridade policial que naquele momento ali ele poderia me pedir: "*Então, me passe isso daí que você não deve permanecer...*" Deveria ter dito isso. Não me disse. Ele simplesmente realizou o fato. E nessa área de inteligência, quando a gente trabalha sob sigilo não é fácil você não dizer o que está fazendo para sua esposa. Eu tenho uma esposa há 18 anos, e ela parte do pressuposto de que eu faço coisas corretas. E se no dia ocorre uma busca e apreensão, então é uma situação que deixa a gente sem ter explicado o que fez e tendo ali na porta de casa colegas de atividade dizendo que estão cumprindo uma ordem judicial, como se tivéssemos feito alguma coisa errada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente, e parabéns ao Walter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - Sr. Presidente, só para completar. É uma preocupação minha.

Iniciamos a investigação aqui daquele dono do Opportunity...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, não é esse o motivo da investigação, mas fez parte.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - ... Daniel Dantas, o grampo dele, que ele fez juntamente com a Kroll. Depois a investigação virou... Depois da notícia de uma revista a investigação deu uma guinada de 360º e foi parar no Protógenes, virou o disco, depois passou pelo Lacerda. Eu estou preocupado de o colega Arnaldo querer pedir o indiciamento do Dr. Sebastião Lessa. Fico preocupado com isso. O Dr. Sebastião Lessa é um excelente Deputado Federal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu sou advogado, não sou ignorante, não.

**O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA** - O Lessa, o delegado da Polícia Federal, de maior respeito, um dos melhores delegados que a Polícia Federal já teve, hoje está aqui prestando um grande serviço para a categoria, defendendo...



está vindo, de graça, defender... E o nosso colega Arnaldo Faria de Sá já quer pedir o indiciamento do Dr. Lessa. A preocupação minha é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não pediu em nenhum momento esse indiciamento.

Vou passar a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. Não vou permitir o debate agora, cada um na sua vez fará o uso da palavra.

Uma coisa que precisa ficar bem clara é o seguinte. O Dr. Sebastião Lessa aqui poderia estar na condição de *pro bono*, poderia advogar para quem ele quisesse, a hora que ele quisesse, porque ele é livre para isso. E o depoente também poderia contratar o advogado que quisesse, a hora que quisesse. A única coisa que se constatou, e é isso o que o Deputado Raul Jungmann trouxe à CPI, é que em contato mantido com o presidente da Associação dos Delegados ele disse que da parte dele ele não havia feito essa contratação. O advogado Sebastião Lessa fez a sua colocação de que o vice-presidente tinha conhecimento, que ele faz parte da Associação, e onde eu também disse que, embora ele pudesse aqui estar *pro bono*, o nosso escrivão não faz parte da Associação dos Delegados, então não deveria ou não poderia até, se era advogado... defendido por ela. Mas isso faz parte de um conjunto de pessoas que está sendo ouvida nesta CPI que têm os mesmos advogados, e é de direito deles todos terem os mesmos advogados.

Então, esta é a primeira questão.

Sobre uma questão que o Deputado Laerte Bessa coloca é importante apenas eu colocar o seguinte.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito vem cumprindo com a sua obrigação. A minha proposta — e espero que todos aqui encampem — é de indiciamento do Sr. Daniel Dantas pela prática de escuta telefônica e daqueles que até agora não disseram a verdade perante esta Comissão, pelos vários motivos que possam vir a alegar, pelo falso testemunho. Se vierem aqui e assumirem o compromisso e contarem a verdade não terão por que ser indiciados pelo falso testemunho. Agora, o que não pode acontecer é dizer: "*Não, foi uma operação informal, tinham 4 pessoas, é ordem do Presidente da República. O juiz sabia, o juiz não sabia. O promotor sabia, o promotor não sabia*". Ou seja, está na hora de as pessoas chegarem aqui e dizerem a verdade. Agora ficam nessa defensiva. Quando



se torna uma questão de defensiva, as pessoas deixam de expressar a verdade e fica uma série de dúvidas que levam a esta convicção.

Então, acho que isso precisa ficar claro para que todos entendam.

Espero que todos encampem, inclusive, a minha proposta, que não sei se será do Relator, poderá até ser a do Relator, no sentido de apoiar o meu voto pelo indiciamento do Sr. Daniel Dantas.

Vou passar a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Obrigado. Sr. Presidente; caros colegas; Sr. Walter Guerra Silva, muito obrigado pela sua presença; Sr. Sebastião Lessa, advogado.

Vou discorrer em relação a alguns fatos aqui trazidos ao conhecimento desta Comissão, e queria dizer, Sr. Walter, que falo aqui também em nome do Deputado Gustavo Fruet, da nossa bancada do PSDB, porque construímos juntos uma lógica de perguntas e gostaríamos que o senhor pudesse colaborar com a CPI na direção de esclarecer os objetivos dela, que com certeza terá um desfecho com o relatório apresentado pelo Deputado Nelson Pellegrino.

Este trabalho para nós é muito importante. Estamos já num desfecho final. Portanto, Sr. Walter, gostaríamos... se o senhor pudesse colaborar seria muito importante para a nossa Comissão.

Eu queria dizer o seguinte, como primeira indagação: em seus quase 5 anos na Polícia Federal, o senhor trabalhou com o Protógenes Queiroz em pelo menos 7 operações: Shogun, Crepúsculo, Capela, Nêmesis, Perestroika, Atenas 1, Atenas 2 e Satiagraha, e desempenhou, nessas operações, funções que, de acordo com depoimentos dos inquiridos encaminhados à CPI pela 7ª Vara Criminal, eram de coordenação, execução das diretrizes fixadas pelo delegado a que me referi. Vários depoimentos o apontam como segundo homem na linha de comando dessas operações. Não é apenas um depoimento. São vários.

Primeira pergunta: quem escolhe os componentes dessas equipes? O senhor podia me responder?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, sobre essa indagação, durante todo o período, eu desempenhei funções as mais diversas, nesses 5 anos em que eu trabalhei na Diretoria de Inteligência. Então, o último período foi nessa condição de



analista da interceptação. Então, já trabalhei fazendo vigilância, já trabalhei na parte judiciária, de Polícia Judiciária, especificamente. Então, foram várias as funções. Com a redução do grupo, o remanescente desse grupo original, que chegou a ter mais de 20 policiais, esse remanescente com 3 policiais... Na verdade, havia a Coordenação Geral, que era feita pelo Dr. Protógenes; havia, depois, outros Delegados Federais, no caso a Dra. Karina Murakami, Dr. Victor Hugo Ferreira, Dr. Carlos Pelegrini. Peritos Federais, que ficaram aqui em Brasília, o Dr. José Everaldo...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Permita-me, Sr. Walter. Quem escolhe essa equipe?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O próprio Coordenador. No caso, o Protógenes.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nessas operações, Dr. Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pois bem, o senhor teve conhecimento, além dessas operações, da Operação Chacal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor não participou dessa Operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não participei. Desculpe, só interrompendo mais um minutos. Dessas operações que o senhor elencou, de algumas também eu não participei. Por exemplo, eu participei da Capela, mas não participei da Shogun...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Da Shogun o senhor não participou?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Como era um grupo que participava de várias operações, às vezes, a gente se dividia. Então, algumas, especificamente, eu participei e outras não. A situação referente a participações em si, por exemplo, às vezes, durante um período, a gente auxiliava um ou outro. Mas não significa que a gente tenha participado de toda operação.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Bom, tudo bem.





Por que o Delegado Protógenes escolhe o senhor como seu segundo homem nessas operações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não sou o segundo homem de nenhuma dessas operações. A responsabilidade foi sempre do Dr. Protógenes, e havia outros delegados federais. Assim, eu acho até estranho essa condição de segundo homem, porque, na hierarquia da Polícia Federal, a estrutura de comando é dos delegados. E no mesmo local em que eu trabalhei estavam, no mesmo ambiente, outros 3 delegados. Como eu disse, eu centralizava essas questões referentes à interceptação, à execução, à execução prática. Isso não significa que eu coordenava ou centralizava qualquer situação.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Agora, eu gostaria de perguntar o seguinte: o senhor comunga das crenças do Delegado Protógenes acerca do trabalho policial e dos meios por ele empregados no desempenho das suas funções?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desculpe, Excelência, é juízo de valor. Isso aí é juízo de valor. Eu...Desculpe, eu sou profissional...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Se o senhor quiser responder, tudo bem; se o senhor não quiser, só diga que não quer responder.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu sou profissional. Estou trabalhando num grupo. Por exemplo, hoje, estou em Ribeirão Preto. O chefe da delegacia, o Dr. Lindinalvo Filho, tem uma série de responsabilidades, ele me repassa alguns trabalhos para realizar, para cumprir, como escrivão de Polícia Federal. Então, eu não tenho que concordar ou discordar. Eu sou profissional.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem. Eu só queria saber...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ele me atribui uma missão e eu cumpro. Desculpe.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bem.

Que características comuns podem ser identificadas no *modus operandi* da investigação de cada uma dessas operações de que o senhor participou? Todas elas seguiram padrões semelhantes de investigação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, característica comum é o trabalho de inteligência policial. Significa o quê? Durante um período, vamos dizer assim, na



história pode ter ocorrido situações de exceção. Agora, em todos os trabalhos em que eu atuei, independente de ser na equipe do Dr. Protógenes ou não, porque eu trabalhei em outras equipes também dentro do DIP, o que se pautava sempre era a legalidade. A diferença de inteligência policial, inteligência moderna, inteligência clássica é justamente isso. É que existem leis que autorizam determinados procedimentos, como interceptação telefônica, ação controlada, interceptação ambiental, e essas leis é que dão respaldo para a atuação policial. Então, eu sempre atuei dentro desse limite da legalidade.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Muito bem.

O senhor utilizou ou utiliza carros apreendidos em operações para fins particulares?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - E para fins profissionais?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. Desde que exista autorização judicial.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Qual é a regra de conduta do Departamento de Polícia Federal para utilização desses veículos? O senhor disse que usa carros apreendidos para operações profissionais. Qual é a regra de conduta do Departamento?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A regra?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Existe uma instrução normativa que trata desse assunto que estabelece as diretrizes nas quais deve-se executar o trabalho, utilizando...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Existe uma regra para utilização desses veículos?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Existe uma instrução normativa que trata do assunto. Desculpe, agora eu não vou lembrar o número dela, o conteúdo...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Mas existe?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Existe. Existe e é recente. Não é uma coisa muito...muito...



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Setores da Polícia Federal e da ABIN têm defendido que a colaboração entre os 2 órgãos é normal e lícita. O Delegado Paulo Lacerda, em ofício encaminhado a esta Comissão, chegou a arrolar uma longa lista de operações da Polícia Federal, que contaram com colaborações de outros órgãos integrantes do SISBIN.

Nas 7 operações comandadas pelo Dr. Protógenes, nas quais o senhor trabalhou, que outros órgãos colaboraram com as investigações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Como eu já repeti aqui algumas vezes, o trabalho de Polícia Judiciária foi realizado sempre por policiais federais. A cooperação de outros órgãos, como COAF, Banco Central, Receita Federal, que ocorreu na operação Satiagraha, é um fato normal em relação ao cruzamento de dados e ao volume de informações, em que aqueles que atuam, que pertencem a outros órgãos, podem colaborar naquilo que sabem fazer melhor, no caso a Receita Federal com dados tributários etc.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nas outras operações a ABIN participou também?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento disso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Como o senhor qualifica a liberdade de trabalho de sua equipe de investigação, sobre o comando do Dr. Protógenes, durante o período em que o Dr. Paulo Lacerda era diretor-geral da Polícia Federal? Essa liberdade foi reduzida após a posse do Dr. Luiz Fernando Corrêa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Vou pedir para o senhor repetir, por favor, porque eu não...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Existia um trabalho sendo feito na Operação Satiagraha, conduzido pelo Dr. Protógenes, e durante o período do Dr. Paulo Lacerda houve uma liberdade grande de atuação da equipe comandada por ele, integrada pelos policiais federais e pela ABIN.

Após a presença do Dr. Luiz Fernando Corrêa houve uma diminuição ou houve, pelo menos, uma liberdade reduzida nas atividades da operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, eu só posso dizer a respeito daquilo que eu ouvi.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Claro! Estou perguntando.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, o que eu ouvi foi que havia disponibilidade, até setembro...outubro de 2007, de número maior de policiais. Às vezes, conforme necessidade, até com requisição do diretor-geral. O policial era requisitado... pertencia a uma outra dependência e era requisitado para trabalhar especificamente naquela operação. Na gestão do Dr. Luiz Fernando isso não ocorreu. Os policiais foram reduzidos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor acha que teria sido considerado que o Dr. Protógenes teria perdido o controle da operação, razão pela qual esse procedimento foi mudado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu era apenas executor. Eu não tenho como atribuir juízo de valor sobre esse tipo de situação.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor, por acaso, realizada pagamento de colaboradores externos.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Eu nunca... Inclusive, eu nunca fui provido, eu nunca solicitei — como é que chama? — verba para ser utilizada em pagamento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor não fazia esse tipo de operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Eu nunca...nunca...nunca fiz isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O que o senhor tem a dizer sobre a participação do Sr. Francisco Ambrósio nos trabalhos do Satiagraha? O senhor trabalhou com ele em outras operações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ambrósio?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - A imprensa tem divulgado a existência de um arquivo secreto do delegado que continha gravações de áudio e vídeo, envolvendo importantes pessoas da República. O senhor tem conhecimento desse arquivo? Soube de algumas dessas gravações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, sobre esse conteúdo, existe até uma proteção pelo *habeas corpus*, mas eu vou ser sincero, eu não me contenho:



não existe isso. Na Operação Satiagraha, no período que acompanhei, aquilo que vi, foi tudo conduzido e realizado dentro da legalidade.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor viu ou ouviu?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - No caso, estou falando no contexto de trabalhar diariamente e o que existe disponibilizado na área de trabalho.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor tem conhecimento de ter ouvido alguma referência em relação a informações ou detalhes em alguma operação com a presença da Sra. Dilma Rousseff nessa operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Por favor, repete... Não estou entendendo o contexto.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Existe algum arquivo de que o senhor tenha conhecimento envolvendo a Ministra Dilma Rousseff?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ela como alvo? É isso?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não sei. Estou perguntando de que maneira o senhor tem algum conhecimento.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Se não for como alvo, é de alguma outra forma?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Que eu saiba, não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor afirma isso, que não sabe?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Que eu saiba, não possuí. Não afirmo o que eu não sei.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bem.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Por exemplo, eu trabalhei só em São Paulo. Então, no que eu trabalhei, no que eu realizei, não tem...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - .Ela não foi alvo da investigação e...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Em relação a tucanos, o senhor tem algum conhecimento?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É... Eu posso... Eu posso, da mesma forma, afirmar: não havia o viés político, por exemplo, investigar partido “a” ou “b” ou membro de partido “a” ou “b”. Esse viés não existia. Isso, eu posso afirmar, e também posso afirmar que, eventualmente, como havia lobistas que em algum momento foram interceptados, esses lobistas contatavam políticos. Agora, em momento nenhum estava se investigando...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quem eram os lobistas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso faz parte da investigação Satiagraha, né?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor não sabe dizer aqui para esta Comissão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não lembro de cabeça, porque qualquer... Como eu assinei muitos relatórios, eu preciso ter o subsídio oficial.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quem fazia a coleta desses dados que informavam os relatórios secretos do Delegado Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Coleta de dados de relatórios secretos?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Exatamente. Quem fazia a coleta desses dados?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, o relatório das interceptações do conteúdo, do período que foi interceptado com autorização judicial, o relatório final que subsidiava a representação, eu fazia.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor fazia esses relatórios todos?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O relatório... Não!

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quer dizer que o Dr. Pro...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - De interceptação, de interceptação telefônica.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sim, claro, interceptação.

A revista *Veja* da semana passada aponta que a ABIN seria a responsável pelo monitoramento das atividades de Fernando César Mesquita. O senhor tem algum conhecimento desse fato?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não tem?

No inquérito encaminhado pela 7ª Vara, há depoimentos que comprovam que agentes da ABIN participaram sob sua coordenação, ou tiveram acesso ao sistema Guardiã da Polícia Federal. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, é justamente esse o motivo de eu ter sido indiciado nesse inquérito e...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Então, o senhor confirma?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não confirmo, não confirmo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não confirma?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não confirmo.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Como se operava essa utilização? Quem fornecia as senhas aos agentes?

Desculpe, algumas questões são repetitivas, mas são importantes dentro da lógica que estou apresentando para as perguntas.

Quem fornecia as senhas de agentes ausentes para que os servidores da ABIN utilizassem o sistema?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu vou me resguardar o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Qual a sua participação nessa questão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Qual questão?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nessa questão das senhas dos agentes da ABIN que participavam dessa operação ouvindo, recebendo as senhas para participação específica?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É justamente, acredito, esse o motivo de eu ter sido indiciado, apesar de o Dr. Amaro não me ter relatado qual foi o fato que eu estava sendo acusado. Mas...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Pelos depoimen... Desculpe.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mas, justamente por isso, eu vou me resguardar o direito de manter o silêncio sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só para seu conhecimento, Sr. Walter, já estou na fase final das minhas perguntas, pelos depoimentos, os agentes



da ABIN passaram pelo menos 28 dias na sede da Polícia Federal, em São Paulo, usando irregularmente o Guardião. É tão fácil, assim, introduzir clandestinamente 2 agentes da ABIN trabalhando por 28 dias numa área restrita de um prédio da Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu me resguardo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor sabe se houve alguma convivência de autoridades policiais para isso acontecer? E quem seriam?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Da mesma forma, eu me resguardo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nem opinião sobre isso o senhor tem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - No inquérito, há menções de reuniões do Delegado Protógenes na ABIN. O senhor acompanhou alguma dessas reuniões? O que foi discutido nelas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A minha função era de execução. Então, como pessoa que executa os trabalhos, eu apenas trabalhava. Em momento algum participei de qualquer reunião decisória, nem com os delegados, que eles faziam reunião entre si, sem a participação dos outros policiais, nem fora do órgão, ou seja, nem com o Ministério Público Federal nem com o Magistrado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Tudo bem.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, eu só executava meu trabalho.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O Dr. Protógenes, por acaso, comentou com o senhor alguma dessas reuniões?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não comentou.

Ainda nesse tema, eu gostaria de saber o seguinte. A jornalista Andréa, nesse caso aí, há depoimentos no inquérito que afirmam que o senhor e o Delegado Protógenes atribuíram ao Delegado Lorenz o vazamento das informações. O senhor confirma essa versão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não confirmo.





**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não confirma?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não confirmo. Até me causa estranheza, porque, todo... Durante todo o período em que houve interceptação, sempre com autorização judicial, nunca apareceu... Inclusive, nenhum jornalista foi interceptado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não foi?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nesse, nesse pe... Interceptação telefônica? Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nem ambiental?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Tá. Eu... Lá, eu só cuidei da interceptação telefônica, né?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ela teve autorização judicial para ser interceptada?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Interceptação telefônica?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A interceptação tele... Toda interceptação telefônica da Operação Satiagraha teve autorização judicial.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - E como ela foi interceptada do modo ambiental e no telefone também? Não houve essa autorização judicial?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Isso consta dos seus arquivos, dos que foram apreendidos na sua casa.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quero saber o seguinte. A jornalista Andréa foi interceptada. Ela tinha autorização judicial para ser interceptada? O senhor disse que não!

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ela não era um dos alvos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Portanto, não tinha, não tinha autorização judicial para ser interceptada. Como é que ela foi interceptada então?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O telefone dela não era um telefone alvo, ou seja, um telefone objeto de acompanhamento e monitoramento. É aquilo que eu disse a V.Exas. Em alguns momentos...



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Eu entendi, Sr. Walter. Quero saber o seguinte: houve ou não houve autorização judicial para ela ser interceptada, seja ambiental ou telefônica?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Concluindo, em alguns momentos, o telefone alvo entrava em contato com um terceiro, e esse terceiro falava. Isso não quer dizer que o terceiro foi interceptado, com autorização judicial ou não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O senhor tem conhecimento se houve algum pedido informal para interceptá-la?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Informal?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - É.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Do Juiz.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Formal?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Informal ou formal.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Durante todo o período da Operação Satiagraha, os pedidos de interceptação telefônica eu acompanhei. Tirando um período em que tirei férias um mês lá, mas, durante todo o período, não houve esse tipo de solicitação de interceptação do telefone dela, especificamente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Consta dos arquivos apreendidos na sua residência uma escuta ambiental feita por um senhor chamado Chico da Sra. Andréa Michael. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na minha residência, como eu já expliquei, aproveitaram-se do fato de eu ter um HD externo, que era o único que possuía uma memória suficiente para armazenar dados, e nesse HD externo foi realizado o *backup* da operação. Eu não tenho conhecimento de todo o conteúdo do HD externo. Especificamente sobre essa situação aí, eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Ainda no tema vazamento para a imprensa, como as equipes da *Globo*, a reportagem da *Globo*, sempre na mesma emissora, com o mesmo jornalista, conseguem ter acesso a informações privilegiadas nessas investigações? O senhor participou, juntamente com o Delegado Protógenes, desse processo?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Jamais participei de contato ou jamais conversei com qualquer jornalista sobre objeto de investigação. Inclusive, foi o que perguntei para o Dr. Amaro, porque o objeto do inquérito policial dele é a apuração, justamente, desses dois vazamentos: o vazamento à *TV Globo* e o vazamento, se não me falha a memória, à *Folha de S.Paulo*, à jornalista Andréa Michael. E para apurar esses dois vazamentos, o inquérito policial dele já vazou, no mínimo, 12 vezes. Então, é até um contrassenso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só uma pergunta. O senhor tinha, na sua residência, um volume grande de informações ali registradas. O senhor disse que isso se deveu a um desdobramento perigoso que andava tendo a Operação Satiagraha e, portanto, faziam *backup* dessas informações. Quais eram as outras pessoas que tinham esse *backup*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Que eu saiba, justamente, mais uma vez, por causa de ser o único que possuía um HD externo...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Era único? Não tinha outra pessoa que tinha esse *backup*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não. É um HD de 150 Giga. Então, era o único local onde era possível armazenar isso.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Bom, então o senhor está afirmando que não existia *backup* das informações em nenhum...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - De meu conhecimento, não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Está bem.

Uma última pergunta: é comum, na Polícia Federal, se fazer busca e apreensão na residência de agentes da Polícia?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não era.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Não era, por quê? Agora é?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Aparentemente, eu sofri...

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Foi a primeira vez?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu sofri isso. Eu não tenho notícia de outro fato.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Foi a primeira vez que o senhor conhece... Há quanto tempo o senhor está na Polícia Federal?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Vou fazer 6 anos.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Desde quando o senhor está lá, ou teve notícia, anteriormente, nunca tinha havido isso, apreensão...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Apreensão, em função da realização de um trabalho de investigação, a investigação dos investigadores?

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sim.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Walter.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Deputado Domingos Dutra.

Vou insistir com a pergunta que eu já lhe fiz, porque acho que é importante para o esclarecimento, e não há, aí, nenhuma autoincriminação. Quero saber se V.Sa., no decorrer dos seus trabalhos, foi informado, por quem quer que seja, de que essa operação era uma operação do interesse da Presidência da República; se essa informação lhe foi dada por algum superior do senhor.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mais uma vez, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Domingos Dutra com a palavra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente; Sr. Relator; Srs. Deputados; Sr. Walter Guerra, antes, eu queria registrar, Sr. Presidente, a presença, nesta Comissão, do Sargento Adalberto, que é Prefeito do Município de Belágua, no Maranhão. É sargento, mas também nunca esteve envolvido em operação sigilosa, nem de grampo.

Eu queria fazer algumas perguntas objetivas ao Sr. Walter Guerra. O senhor já falou que está há 6 anos na Polícia Federal.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Desde 2003, exerce o papel de escrivão.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Correto.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E qual é a sua profissão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O cargo que exerço é o de Escrivão de Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas quando você fez o concurso, já tinha...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Minha profissão anterior?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sim.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu fui advogado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Advogado.

O senhor poderia descrever, nesses 6 anos, de quantas operações da Polícia Federal o senhor participou? Você citou algumas. O senhor tem condições de citar todas elas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantas? Umas 10?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mais de 50.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mais de 50.

O senhor tem condições de dizer qual a mais complexa, na sua opinião?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A mais complexa, em função do número de pessoas investigadas e outras situações, a Satiagraha.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A Satiagraha.

Quantas pessoas o senhor tem conhecimento que participaram, direta ou indiretamente, da Operação Satiagraha? Quantos agentes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, éramos, em relação ao número de policiais federais, 5 policiais federais... Não, mais. Estou pensando só relação a escrivãs e agentes. Onze, 11 no máximo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor só tem conhecimento desses 11 lá em São Paulo, onde o senhor...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não. Eu estou falando em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Porque aqui, nesta Comissão, já teve número de 30, de 52, 81...



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, falo os que terminaram, os que concluíram a operação. Inicialmente, éramos mais de 20, mas, depois, foi diminuindo o número de policiais à disposição, e chegamos a um número reduzido.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Todos da PF?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Está bom.

O senhor já se negou a responder qualquer pergunta em relação a agentes da ABIN, então não vou repetir.

Nessas operações, que órgãos cooperavam com a PF? Que organismos da República?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - COAF, Banco Central e Receita Federal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Só?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Durante o período?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sim. Havia outro órgão da República envolvido nessa cooperação, além desses 3, COAF, Banco Central e Receita?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na Operação Satiagraha?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não, em todas essas operações.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Todas elas? Não, regra geral, nas operações de combate a crime financeiro, são os órgãos que são utilizados.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A ABIN não participou dessas operações com o senhor? Não participou de nenhuma delas?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Nem de forma espontânea, direta, formal, informal, eventual?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não que eu tenha conhecimento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Certo.

O senhor já disse quantos homens na operação. Eu perguntaria ao senhor: o senhor considera que, durante a Operação Satiagraha, houve algum excesso na condução dela, praticado pelo delegado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mais uma vez, é um juízo de valor, porque é o seguinte. A condução existia pela coordenação do Dr. Protógenes e mais



outros 3 delegados que eu já descrevi aqui, já narrei. E também com o conhecimento do Dr. Daniel Lorenz, aqui em Brasília. Então, a notícia que a gente tinha, em São Paulo, eu e os outros policiais federais, era de que o conhecimento era amplo em relação a todos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor considera que... O senhor tem acompanhado a imprensa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Todas as repercussões sobre a Operações Satiagraha; as contradições que a CPI possui; contradições da própria imprensa, o senhor considera que todas as ações do Delegado Protógenes na coordenação dessa operação são legais, na sua opinião?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - No que diz respeito ao que eu participei, que é o que posso dizer, tudo o que eu realizei em relação ao trabalho que foi realizado em São Paulo foi tudo dentro da legalidade, com autorização judicial, e cumprimento, através de relatórios quinzenais, informando o Ministério Público Federal e a Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A questão do *backup*, o senhor já informou que é necessário. Em todas essas operações que o senhor participou é feita uma cópia, para ficar de seguro?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Esse HD externo é o que tem... Ele tem não apenas a Satiagraha, ele tem...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Em todas as operações, o senhor...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - De várias operações.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quem é o funcionário que fica com essa tarefa? É sempre o escrivão que fica com essa cópia?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É uma questão, às vezes, eminentemente prática. Quem tinha disponível um local grande o suficiente para armazenar os dados? Naquele momento, fui eu.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pelo que eu entendi, pelo menos com relação à Satiagraha, que o senhor respondeu ao Relator, essa cópia era como



se fosse uma desconfiança de que os dados repassados para o juiz ou para o delegado pudessem ser extraviados ou manipulados.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ou perdido.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Foi isso que eu entendi.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Então, o senhor está dizendo que havia uma desconfiança sobre o uso desse material pelas autoridades que o solicitaram?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Estou dizendo que é o que foi... É o que me foi passado. Então, a ideia realmente era de seguro. O raciocínio era justamente nesse contexto. Até mesmo depois da busca e apreensão, realizada em minha residência, um dos meus receios era justamente a possibilidade de se plantar alguma coisa, dizerem que pertencia coisa que não pertencia ao HD.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Só para o meu entendimento, e acho que para ficar claro para a Comissão, o senhor falou que participou de mais de 50 operações nesses 6 anos. Em todas elas havia uma cópia desse material coletado sigilosamente para fins de seguro.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Durante determinado período.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sim. E qual era o período?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Era flexível. Como a própria Lei de Interceptações diz, às vezes até a própria instrução criminal, o término da instrução criminal; até o momento em que não fosse mais necessária a manutenção, porque dificilmente haveria necessidade desse resgate dessa informação armazenada. Mas durante todo esse período, em momento algum, houve qualquer tipo de vazamento desse conteúdo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E depois que esse período era cumprido, quem era que dava, qual era o destino desse material?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Ele era literalmente apagado, deletado. Inclusive na própria Diretoria de Inteligência existe um programa específico que é alimentado de dados de operações diversas. O que acontece? Agora está se tentando uma renovação, um novo sistema para uma centralização de dados, onde qualquer investigação nova que se iniciasse essa investigação poderia se subsidiar





desse bando de dados maior, que centralizaria um conteúdo bem maior. Então, na época em que nós estávamos trabalhando, não havia isso, então muitas vezes alguns personagens em uma operação ele poderia se repetir em outra, por isso que a função, além de *backup*, eventualmente poderia ser para subsidiar informações complementares sobre os conteúdos investigados.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quem determinava o descarte desse material? Era o delegado que coordenava a operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sempre o delegado, eventualmente o que estivesse naquele momento à frente. Pode ser o Dr. Protógenes, já houve o Dr. Ademir, Dr. William Marinho, vários delegados que passaram e orientavam qual que era o comportamento que deveria ter.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tanto a guarda quanto o descarte era tudo feito de forma informal, verbal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, nada era materializado. Era um trabalho de polícia judiciária, vamos dizer assim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Com relação à imprensa, essa questão dos vazamentos, durante essas operações, nós como cidadãos sempre acompanhamos as operações através da imprensa. Eu lhe pergunto: esse acompanhamento decorria sempre de informações privilegiadas, ou informações que eram passadas para a imprensa, ou a imprensa descobria a operação baseada simplesmente no faro jornalístico da mesma?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu nunca presenciei nada de concreto sobre isso. Vamos dizer assim, nenhum jornalista nunca se aproximou de um ambiente onde eu estivesse trabalhando para eu poder visualizar e saber qual era o comportamento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas o senhor, como participante de tantas operações, deve ter, logo depois da operação, ter assistido em casa que a imprensa acompanhou instantaneamente.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Uma das coisas que eu observo em relação às operações que eu participei é que, normalmente, dá para ter confiabilidade ou não no trabalho jornalístico, em determinados profissionais. Por quê? Como eu tenho o conteúdo, eu sei o que foi trabalhado e o que foi investigado,



na hora em que é divulgado na mídia eu sei aquilo o nível de profissional que o jornalista é; ou se realmente ele conseguiu acesso a algum dado concreto ou, a maioria das vezes, ele simplesmente pinçou um fato e a partir daquele fato criou uma edição, uma interpretação ou uma versão conveniente do que seria mais noticioso. Então, o que ocorre muito em relação a isso, às vezes só é pinçado aquilo que é uma notícia e não realmente o conteúdo sério do trabalho de investigação.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor considera que houve excesso por parte dos seus colegas na operação que apura o vazamento, comandada pelo Dr. Amaro?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor pode descrever os excessos na sua opinião, considerados ilegais?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não tenho como afirmar se são legais ou ilegais, mas eu tenho como afirmar alguns fatos que para mim me surpreenderam. Então, por exemplo, uma investigação, um inquérito policial existe para apurar 2 vazamentos, e esse inquérito policial, por si só, vaza 12 vezes, no mínimo, tanto para a revista *Veja* como para o jornal *Estado de S.Paulo*. E além da revista *Veja* um dos beneficiários seria o próprio jornalista Fausto Macedo. É um fato. Eu sou indicado por ter compartilhado dado sigiloso, mas quem foi objeto do compartilhamento não recebeu municiamento de, vamos dizer assim, usurpação de função pública, e os delegados eventualmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem seria esse?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Oi?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem seria esse?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A tese, pelo que o Dr. Amaro me disse, é que houve um compartilhamento com a ABIN e não deveria ocorrer esse compartilhamento. Então, significa em tese, na interpretação dele, que os agentes da ABIN usurparam uma função pública que não deveriam. Só que houve o indiciamento de quatro policiais, e a contrapartida, não é, que eventualmente..

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas me parece que também alguns agentes da ABIN foram indiciados no inquérito.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não tenho essa informação.



**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Foram, foram indicados no inquérito.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Outra coisa que me causou estranheza também é em relação ao fato, por exemplo... Eu mais três escrivães fomos indiciados, e mais o Delegado Dr. Protógenes; e outros delegados que também participavam da operação, que tinham conhecimento do desdobramento da operação, seja em São Paulo, seja aqui em Brasília, não foram indiciados. Se alguma coisa errada aconteceu e alguém não tomou providência, não teria prevaricado? São, assim, coisas estranhas que eu acho que ocorreram. É só para elencar algumas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Na sua opinião, porque houve esse direcionamento, esses excessos em relação a alguns e benemérito em relação a outros? É uma disputa política? É para beneficiar alguém? Para favorecer Daniel Dantas? A que o senhor atribui?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Realmente eu não tenho essa visão. Como eu estou literalmente no meio disso tudo, eu não tenho essa visão externa. Na posse do Delegado Dr. Lindinalvo Filho, na posse que ele tomou como Chefe da Delegacia de Ribeirão Preto, houve a participação de várias autoridades, membros do Ministério Público Federal, da Justiça Federal. E um juiz do trabalho, o Dr. Trevisani, que me conhece já há algum tempo — porque eu sou lá da região —, então ele me reconheceu e me apresentou ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho lá da 15ª Região, ao Vice-Presidente. E ele confidenciando, a título de brincadeira, disse: *“Olha, esse, entre aspas, é o ‘braço direito’ do Protógenes.”* Aí ele virou pra mim e perguntou: *“Mas felizmente ou infelizmente?”* Aí eu disse pra ele: *“Felizmente eu trabalhei nessa operação, entre outras, e infelizmente o momento político é ruim.”* Então, eu não sei quem usa isso politicamente ou que forças estão se beneficiando disso. O que eu sei é que quem foi investigador hoje é investigado, quem estava sendo investigado não se comenta nada a respeito. É apenas o que eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - É muito interessante essa posição porque o fato de investigar pressupõe que se investigue dentro das normas e dentro da lei. Então, muitas vezes os fins parecem justificar os meios empregados



e muitas vezes o que se apura é que os meios utilizados não foram, talvez não pelo senhor mas por outros que participaram, os mais corretos, os mais adequados.

E aí fica, Deputado Domingos Dutra, uma constatação. Quando se faz a apuração do vazamento... E eu acho que se tem de apurar todos os vazamentos que ocorrerem, inclusive o recente agora, nessa Operação Castelo de Areia. Há que se apurar esse vazamento porque, por coincidência, é da mesma Vara e pertence ao mesmo juiz De Sanctis. Porque no caso em questão — não sei se todos sabem, se todos tiveram acesso ao material que foi apreendido e encaminhado a esta CPI — quem fez aquela filmagem da tentativa de corrupção dos agentes públicos não foram os policiais federais. Quem fez essa ação de filmagem foi um órgão de imprensa, ou seja, antes do desencadeamento da operação. Portanto, o vazamento se deu exatamente de forma oficial a partir daquele momento, daquela filmagem por um órgão de imprensa muito antes do momento de ter sido deflagrada a operação policial. Então, aí é que nós encontramos a mistura entre aquilo que é público e a investigação que é sigilosa.

Não sei se o senhor teve conhecimento disso e se quer comentar alguma coisa a respeito daquela filmagem.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu me reservo no direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - As duas últimas perguntas, Sr. Presidente.

O senhor tem notícias da Operação Satiagraha após a saída do Delegado Protógenes e da equipe que estava subordinada a ele? Está parada? Continua?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Veja bem, como eu trabalhei muito tempo nessa área, então eu conheço muitos policiais, policiais que executam operações importantes e tudo mais. Então, as informações que informalmente me passam, não informações de conteúdo, só conversa de corredor, é que está havendo um prosseguimento. Na verdade, essa primeira fase da Satiagraha que eu participei é uma primeira etapa. Só que o volume de pessoas físicas e jurídicas envolvidas eram tão grandes, e os fatos a serem investigados se multiplicaram, chegou-se a um momento em que havia mais de 700 endereços a serem confirmados e investigados. Então, foi ficando sem a possibilidade de se converter no objetivo principal da



investigação. E criou-se um mecanismo — por isso a necessidade do *backup* — de que vários fatos *a posteriori*, após a deflagração, seriam melhor investigados, melhor apurados, seriam melhor aprofundados. Então, a notícia que me vem é que o Dr. Saad está realizando isso, que ele está fazendo isso, e de maneira silenciosa.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pelos comentários dos seus amigos, colegas da PF, houve uma desaceleração das investigações ou elas estão sendo conduzidas com mais cautela, com menos visibilidade?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu diria que de maneira silenciosa e de maneira, vamos dizer assim, contributiva. Como posso dizer? Por exemplo, éramos 4 policiais federais no final. Ficamos mais de 6 meses trabalhando 14, 15, 16 horas por dia, sobrecarregados, porque não tinha... A gente solicitava e não recebia apoio de outros policiais federais. E a notícia que eu tenho é que para essa segunda etapa, após o mês de julho do ano passado, já mais de 100 policiais participaram, tanto no desdobramento da Operação Satiagraha como também no refazimento eventual do material que foi por nós cumprido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Aí que eu acho que está o cerne da questão, que infelizmente os depoentes aqui não tocam na questão. Quer dizer, como eles ficam se reprimindo em suas falas, eles não colocam claramente o que nós queremos saber. Houve, por parte da administração, que hoje está à frente do departamento de Polícia Federal, cerceamento das atividades com o não contingenciamento de servidores, diferentemente do que havia na administração anterior? Ele acha que, em função disso, foi solicitado o apoio da Agência Brasileira de Inteligência e, portanto, a Agência Brasileira de Inteligência passou a participar das operações em apoio? Quer dizer, essas questões é que são questões que têm de ser colocadas de forma clara e transparente aqui, mas infelizmente todos que aqui vêm depor alegam sigilo ou então não podem responder isso, porque “*isso pode me incriminar*”, quando na verdade é isso que se precisa saber. E eu acho que tem uma pergunta aqui que é fundamental. Durante as suas investigações, durante as suas interceptações, o senhor constatou em algum momento alguma tentativa de quebra de sigilo, ou alguma quebra de sigilo, ou algum dado referente ao Daniel Dantas, à sua quadrilha e aos seus integrantes tentando realizar a busca de dados sigilosos de cadastros telefônicos, de interceptação telefônica? Essa é uma



informação que até agora não pôde ser disponibilizada por aqueles que aqui compareceram. Então, era importante o senhor, nesse escopo todo, nessas pessoas todas que o senhor viu, se o senhor teve condições de ter acesso a algum indício, a algum dado que fortaleça pelo menos a intenção deste Presidente em fazer esse indiciamento.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu vou reservar o direito de me permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, as duas últimas perguntas. Sr. Walter, após a Operação Satiagraha aconteceu uma série de fatos no País. Houve uma súmula vinculante relativa à limitação do uso de algemas. Houve muitas vozes clamando por uma nova lei de abuso de autoridade, porque a Polícia Federal estaria exorbitando das suas tarefas. Houve recriminações sobre a chamada espetacularização da imprensa ao acompanhar as operações da PF. Houve o inquérito para apurar o vazamento que V.Sa. e o Delegado Protógenes tiveram busca e apreensão. Eu pergunto ao senhor: depois dessa operação, com todas as repercussões, isso diminuiu? Isso repercute no trabalho da Polícia Federal no combate ao crime organizado? Se repercute, que V.Sa. pudesse informar de que maneira esse intervalo, a partir de então, entre uma operação e outra, se esse intervalo aumentou em decorrência disso. Isso tem contribuído para que o crime organizado possa ter maior liberdade de agir ou não?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Excelência, quanto a esse juízo de valor, o que eu posso dizer é dentro do limite da minha ignorância, porque eu apenas executo trabalhos simples dentro de apurações investigatórias; e esse contexto de gestão na área de segurança pública é um fato que eu prefiro deixar aos doutores especialistas da área.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Só antes de passar ao Presidente. Porque aqui já se colocou que há disputa na Polícia Federal, que esses fatos que ocorreram acabam diminuindo o ímpeto dos policiais. Mesmo de forma informal, entre os seus colegas, não há nenhum comentário de que tudo que ocorreu a partir de então, se isso repercute ou não na atuação de vocês? Ou tudo ficou normal? Vocês continuam com a mesma vontade, o mesmo ímpeto de continuar investigando? Ou você sente algum tipo de recuo na atividade da Polícia Federal?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, somando com a indagação do Dr. Itagiba, justamente essa contextualização sobre a nova gestão do Dr. Luiz Fernando, se haveria ou não uma ingerência no caso da Satiagraha, sufocando os meios suficientes para a realização do trabalho ou se, em função da repercussão e do desdobramento da investigação dos investigadores, se houve uma... vamos dizer assim, não uma desaceleração, mas uma desmotivação no corpo da Polícia Federal. O que posso dizer é o seguinte: a Polícia Federal, como instituição, é muito forte, não só pela credibilidade que ela possui mas principalmente pelos homens e mulheres que a acompanham. E muita gente está, vamos dizer assim, me apoiando, apoiando em relação ao trabalho que eu realizei, por já me conhecer em outros trabalhos e saber da seriedade daquilo que eu realizo e sempre realizei. Sabendo, de qualquer forma, me dá um apoio em relação a essa situação, para poder superar essa fase. Então, o que posso dizer é que os fatos vão falar por si. Então, é uma questão de estatística. Eventualmente, num determinado momento, vai-se demonstrar se a gestão atual está certa em realizar esses mecanismos ou se pode haver uma adaptação, um melhoramento.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Última pergunta, Sr. Presidente.

Nesses 6 anos e em tantas operações de que o senhor participou, o senhor presenciou ou teve notícia de algum tipo de interferência para breçar alguma investigação, ou do poder econômico, ou política, nessas operações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nunca. A liberdade de atuação em relação às investigações sempre ocorreu, e de maneira muito clara, muito límpida, porque em todos os trabalhos que realizei o grupo que estava trabalhando sempre tinha plena liberdade de atuar, sem ter que prestar contas a quem quer que seja. Prestaria contas, lógico, à Justiça, ao Ministério Público Federal, à legalidade, mas dentro dos mecanismos normais e institucionais de atuação do poder de polícia.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

Aproveitando essa declaração que o senhor fez, eu queria saber o seguinte: o Juiz De Sanctis e o Procurador De Grandis tinham conhecimento de que o senhor mantinha todos esses dados num *backup* pessoal seu, em sua residência?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não sei informar isso, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O.k.

Deputado Raul Jungmann com a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Walter. Seja bem-vindo a esta CPI!

O senhor participou da Operação Shogun com o Delegado Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Participou da Crepúsculo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Capela?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Só desculpe. É que às vezes a operação em si, ela envolvia um período longo, às vezes um ano ou até mais. Então, em alguns momentos eu posso ter participado, especificamente um mês ou mais em determinada operação, depois eu passava a fazer outros trabalhos. Então, é...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu estou tirando isso aqui do seu depoimento.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, isso é que eu estou querendo dizer.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Mas o senhor disse "sim" ou "não"? Eu não perguntei o tempo. O senhor me desculpe, mas eu não perguntei se o senhor passou muito ou pouco tempo...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, é isso que eu estou esclarecendo.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - ... apenas se o senhor participou ou não. Foi isso que eu perguntei.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Tudo bem, então...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Então, o senhor me permite continuar?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... eu ratifico o que eu depus.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Então vamos adiante: Capela?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim .

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Nêmesis?





**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Perestroika?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Atenas I?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Atenas II?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - E Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Mas, entretanto, o senhor não é braço direito, não era... O senhor era um simples e mero escrivão, e nada mais do que isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, essa situação de braço direito é até estranho, não é, dentro do contexto da hierarquia que existe dentro da Polícia Federal. Não me era confiado nada a mais do que os demais policiais. Talvez em função da minha forma de expressar ou de articular, às vezes eu, em alguns momentos, dava a impressão de que, vamos dizer assim, literalmente tinha condições de, quando encaminhava algum documento ao Ministério Público, de estabelecer algum esclarecimento, quando era solicitado; e, de uma maneira geral, é uma coisa além do que a minha competência realiza. E nenhum poder de decisão ou de gestão me era atribuído, nunca me foi.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - É interessante, Sr. Walter, porque da leitura que eu fiz — e acredito que isso é a média de todos que estão aqui —, da leitura do inquérito o que salta, o que ressalta aos olhos é que o senhor tinha uma posição de proeminência e de coordenador, informal ou não. O senhor não precisa responder. Eu estou apenas emitindo aqui o que é minha opinião, do conjunto dos altos. Tanto é que o senhor está lá. Não estou dizendo, entrando no mérito que o senhor seja ou não responsável pelo que lhe é imputado. Mas, enfim, o que eu quero dizer é que eu fiz essa pergunta porque a mim parece absolutamente claro que o senhor é uma pessoa que exerce uma função não apenas de escrivão, mas uma função efetivamente de coordenação. É a minha impressão. O senhor não precisa responder a isso.



Em algum momento o Delegado Protógenes fez menção ao senhor que a Satiagraha era uma ordem, uma determinação, uma missão da Presidência da República, conforme ele disse em depoimento espontâneo prestado perante os procuradores federais aqui no Distrito Federal, e consta de um depoimento do agente, o Oficial de Informações Godoy? Em algum momento ele passou, numa conversa, num instante, e disse: *"Olha, isto aqui é um pedido da Presidência da República"*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, por partes: primeiro, jamais ele fazia algum tipo de reunião apenas com a minha pessoa. A reunião era sempre com o grupo, certo? Então, é por isso que não existe essa situação aí de alguém com responsabilidade de coordenação, porque, primeiro, que a coordenação sempre foi do Dr. Protógenes; e depois que no mesmo ambiente existiam outros...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O Sr. Protógenes era o presidente do inquérito.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, estou falando a respeito da operação.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Pois não.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, no mesmo ambiente de trabalho também estavam outros delegados, aos quais eu me reportava. E sobre o restante da sua pergunta, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Existiam interceptações através de VOIP, ou seja, esse era um meio que também foi utilizado ou foi capturado para que se fazer interceptações?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Que eu tenha conhecimento, sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - No caso, a autorização para interceptação em VOIP, ele era dirigido não à operadora mas sim a uma empresa da área que atua ou que trabalha, como a UOL, por exemplo, na Internet. É isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Essa parte técnica de operacionalização da interceptação era realizada toda aqui em Brasília. Então, eu cuidava da... trabalhava com a parte de autorização judicial para interceptações telefônicas. A autorização judicial para interceptação de dados, VOIP, IP, isso era direcionado aqui



para Brasília, e os que estavam trabalhando aqui é que operacionalizavam. Então, o mecanismo de funcionamento eu não sei como funciona.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu digo isso, Presidente e Relator, porque me parece que a estatística que nós temos de interceptações judiciais leva em conta informações que nos foram prestadas pelas operadoras. Se existe a interceptação em VOIP, é preciso também que se peça informações a... — me falha o nome — ... provedores, exatamente! Provedores que receberiam então esses ofícios.

E aí é preciso saber se eles têm departamento de segurança; se eles fazem, como fazem algumas operadoras, o batimento para ver a veracidade daquilo, enfim, qual é o sistema de controle e como isso é feito, porque isso precisa ser devidamente esclarecido e inclusive incorporado nas nossas estatísticas de preocupações. Quer dizer, há um novo meio — o.k, Sr. Relator? — que inclusive precisa ter uma devida... Não sei se já existe uma legislação a esse respeito, isso é relativamente recente, no caso de VOIP, e também as medidas que são tomadas ou são assumidas com relação a isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Não, isso aí é uma coisa que a gente tem que disciplinar na lei. É óbvio que a lei fala em interceptações de comunicações telefônicas e telemáticas, parece, mas eu acho que é preciso precisar. Eu soube inclusive que a interceptação sobre VOIP, não sei se... parece que não têm tecnologia ainda.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Pois é, isso é que eu... E há um detalhe, viu...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - A não ser através de espelhamento.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Pois é, e há um detalhe que é importante, porque, ao contrário do que disse aqui o depoente, no Guardiã você tem um número sequencial, ou seja, desde que você começa a operar o Guardiã, ele tem um número. Ele vai do 001, 2... Ele vai sequencialmente. E todos aqueles que tiveram acesso às mídias que foram aqui disponibilizadas pelo Juiz Ari Mazloun vão encontrar lá que toda e qualquer interceptação tem o dia, tem a hora, tem o



número, e o número sequencial. Então é facilmente reconhecido. No caso do VOIP, você não tem nada disso.

Daí a necessidade, Presidente, de uma vez mais que pudéssemos ter acesso inclusive aos ofícios da Satiagraha para saber se essas interceptações VOIP são ou não legais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Só o Supremo Tribunal Federal poderá lhe conceder isso.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Pois é! Aliás, o que chama atenção aqui, apenas numa observação *a latere*, é que o Juiz Fausto de Sanctis elogia, acha extremamente conveniente que tenha compartilhamento com a ABIN, com o Banco Central, com a Receita Federal, mas não com esta CPI. Com esta CPI, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E me parece também bastante peculiar, já que V.Exa. está fazendo um comentário lateral, é que a mesma Vara onde se encontrava a Operação Satiagraha, onde hoje se investiga um possível vazamento — que está sendo atribuído, me parece, aos policiais federais, mas não se investigou ainda o próprio juízo, o próprio Ministério Público —, é a mesma Vara que hoje faz o vazamento, onde corre a questão dessa Operação Banco de Areia, onde não se faz também mais uma vez um vazamento de uma operação policial.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Muito bem, o senhor no seu depoimento aqui disse que desconhecia qualquer vazamento para a *TV Globo* nessa Operação Satiagraha, inclusive quando da deflagração dela, prisões, etc., etc. É isso?

Alguma vez o Delegado Protógenes comentou com o senhor o que ele conversava com um produtor da Globo, Cerântula, às 5h da manhã? Segundo a quebra do sigilo telefônico dele, às 5h da manhã ele ligou para o produtor da *TV Globo*, Cerântula, e também no dia da operação, que foi feito aquele suborno que foi todo documentado por um cinegrafista e por uma equipe da Globo; e que, mais ainda — chamo a atenção do Presidente —, foi editado pela Globo e foi anexado aos autos editado pela Globo? O material bruto se encontra no *pen drive*, mas quem editou, quem fez foi uma empresa, que mandou para o juiz, que por sua vez é a peça central de acusação com relação ao banqueiro Daniel Dantas.



O senhor tem alguma ideia? Ele falou com o senhor por que ele estava conversando exatamente na proximidade, trocando telefonemas com a produção da *TV Globo* e com jornalistas da *TV Globo*, nessas duas oportunidades ou nesses dois episódios?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não tenho conhecimento sobre esse assunto.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu imaginava.

Uma coisa interessante: o senhor tem um *backup* em casa dessas informações; o Sargento Idalberto, que o senhor disse aqui não conhecer, também tem mídia de operações da Polícia Federal, no caso a Operação Navalha, que lá foram recolhidos; na casa do Ambrósio foi encontrada mídia; na casa do Jairo também foram encontradas gravações. Então eu queria saber: isto é um procedimento usual da área de informações, de inteligência, personalizar, privatizar dados que são obviamente do inquérito público?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Bom, eu já disse aqui, algumas vezes, que existe essa cultura na área de inteligência, de manutenção de dados que eventualmente, no futuro, sejam necessários para algum esclarecimento institucional.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Isso, na minha opinião, constitui, permita a franqueza, crime, crime! Eu não vou dizer que é o senhor, não vou dizer que alguém o faça, mas, se o quiser, com posse desses dados, pode constranger, chantagear ou criar uma grande turbulência política. Isso é domínio do Estado, domínio público, com a maior das clarezas, com a maior das clarezas! Eu não estou fazendo julgamento do senhor, estou apenas dando a minha opinião. Jamais poderia ser objeto de um particular ter esse tipo de informação.

Como bem disse aqui o Presidente, na medida em que o presidente do inquérito relata ele e manda para o juízo, todas as provas e tudo o mais tem que ser ou destruído ou enviado para lá.

O senhor lembra de algum dos delegados que deu essa determinação para o senhor? O senhor podia lembrar unzinho só que disse: "*Olha, leva para a casa e guarda na casa*". O senhor se lembra de um?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O senhor está dizendo se algum deles...



**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não, porque o senhor disse que...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... me deu essa ordem específica.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sim, quem deu essa ordem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Todos.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não, me dê um.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu falei o nome deles, eu já disse.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Ah, todos os que o senhor falou, eles disseram isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Que era para o senhor levar para casa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, que era para fazer o *backup* e manter em minha guarda.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Fazer um *backup* e manter em sua guarda?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Mesmo depois de o processo ter sido finalizado e enviado para juízo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não houve essa segunda parte que o senhor falou — fazer o *backup* e levar para casa até ficar eternamente com isso. Não, não é nesse contexto. Me foi dada a determinação de manter o *backup*. Após o período da deflagração, onde foi alterada a equipe de investigação, não me foi solicitada a devolução. Então, eu tinha a guarda daquele elemento, que ficava à disposição, assim que me fosse solicitado ser entregue. Inclusive eu disse para o Dr. Amaro Ferreira, quando fui ouvido pela primeira vez, que estava de posse desse *backup*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixe-me só fazer uma questão técnica aqui que eu acho que é importante.

V.Sa. é escrivão de polícia. Normalmente, o escrivão de polícia trabalha ou coordena um cartório. Eu não sei se, no caso específico, havia um cartório onde houve o tombamento do procedimento de investigação e se tinha um cartório próprio para realizar os atos desse procedimento. Porque o máximo que poderia se admitir é



que a guarda estivesse nesse cartório, a não ser que V.Sa., no caso, fosse o cartório itinerante e tivesse mantido consigo a guarda desse material na condição de cartório itinerante. É mais ou menos isso ou não?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É, o contexto é esse. Como escrivão de Polícia Federal, e realizando as atividades de Polícia Judiciária, dentro desse contexto eu era o depositário. Como na delegacia existe um depósito onde é guardado o material apreendido, etc., então me foi atribuída a condição de depositário desse conteúdo. Agora, várias autoridades policiais tinham conhecimento disso. E ninguém me solicitou a imediata devolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Veja bem, o Deputado Raul Jungmann nem eu estamos querendo lhe imputar a prática de algo incorreto ou indevido. O que estamos querendo entender, na verdade, é o processo. Como o senhor disse, se havia um lugar próprio para a guarda do material apreendido, por que esse material, que também fazia parte da investigação, não estava nesse lugar e, sim no seu arquivo pessoal? É isso o que... O senhor já explicou que foi por uma determinação superior por parte desses delegados. Mas que tudo isso causa estranheza... Causa estranheza! Me parece totalmente fora de um contexto. Se tivesse que estar guardado, deveria estar no cartório, já que o senhor não é um cartório ambulante.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, é justamente isso que eu expliquei. Não havia esse depósito. Eu fiz uma analogia em relação a uma delegacia, onde, na delegacia, existe um local apropriado. Em um escritório, significa o quê? Se eu deixo no escritório, se eventualmente existe uma invasão desse escritório, ou se um assaltante entra no local...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E a sua casa não pode ser invadida?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - A sua casa é muito mais segura do que a Polícia Federal, é isso o que o senhor está querendo dizer?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, estou falando em relação ao escritório.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Mas escritório? De que escritório o senhor está falando?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O escritório é a base de São Paulo, aonde eu trabalhava.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Ele trabalhava no hotel lá, numa base.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Ah! No aparelho. Está bem, entendi.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Deputado Raul Jungsmann, V.Exa. me permite só...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Por favor.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - ... poder aí fazer uma pequena incursão na sua oportunidade, para fazer uma pergunta ao escrivão Walter?

Ele disse que ele era o encarregado, digamos assim, de fazer a sinopse das interceptações, os relatórios para novos números a serem interceptados, prorrogações. Dentre os documentos que foram apreendidos, tem aqui — consta no relatório e está no seu arquivo lá — um documento contendo o cadastro de telefone que seria do Gabinete do Presidente da República e outras anotações. Esse cadastro contendo o telefone do Gabinete do Presidente da República e outras anotações, qual seria o objetivo de esse material estar na documentação da Operação Satiagraha e no computador de V.Sa.?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso nada mais era do que o *backup* da operação. Então, o conteúdo daquilo que tinha sido investigado, ou seja, todos os números objeto de interceptação judicial, com a devida autorização judicial, que foram provocados, ou seja, para quem ele ligou ou de quem ele recebeu, aí tinha uma listagem de cadastro.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Então, o fato do...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, o *backup* era justamente isso, o *backup* era a reserva total.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas anotações de um cadastro contendo telefone do Gabinete do Presidente da República, seria o quê? O fato de que um dos alvos teria se comunicado com o Gabinete do Presidente, portanto teria sido feita anotação do telefone do Gabinete do Presidente da República, seria isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, se um dos alvos ligou, independente de qual seja o local, esse fica cadastrado, fica registrado.





**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Mas é por isso que teria esse registro do cadastro do telefone do Gabinete da República?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro, especificamente, desse caso. É que eram “n” situações, não é? Era uma operação muito complexa.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E essa informação aqui de que o Delegado Queiroz teria requerido ao Delegado Lorenz a liberação de um equipamento de escuta GSM portátil. V.Sa. se recorda dessa solicitação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Deputado Raul Jungmann, passo a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Obrigado a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O senhor não tinha conhecimento. O senhor levou esse *backup* para lá, que era o material bruto. O senhor não tinha conhecimento de parte dele. O senhor já disse aqui que não sabia se tinha informações lá ou se continha informações; aliás, informações que eu considero inteiramente dissociadas do escopo da investigação e, sobretudo, informações que eu repudio veementemente, porque pessoais a respeito e atribuídas à Ministra Dilma. Então, não consigo estabelecer qual é a relação que tem essa canalhice com a investigação. Mas o senhor disse que não conhecia.

O senhor, por acaso, dentro dessa mídia, sabia que lá se encontravam filmagens, todo um acompanhamento da casa do Fernando Mesquita, Assessor do Presidente do Senado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O senhor não sabia.

O senhor sabia que lá também se encontrava — o que é inteiramente absurdo e revoltante —, quer dizer, o acompanhamento da filha de uma jornalista, uma jovem que foi lá, arquiteta, e que também se encontrava sem nenhum motivo, aparente ou conhecido, no meio dessa investigação? Ou o senhor também não conhece isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Muito bem. Então, Sr. Presidente, nós chegamos à conclusão de que, na Polícia Federal... Eu peço que o senhor,



através de carta, de ofício — aliás, o Sr. Relator, para não ser necessário trazê-los aqui, os delegados citados pelo escrivão. —, eles sejam indagados se deram essa ordem. Primeiro, mandar um ofício: *“Olha, o senhor designou? O senhor fez isso?”*, enfim, fazer uma coisa dessas. Porque, vejam bem a situação, o descontrole e a loucura a que nós chegamos. Nós temos uma operação oficial dessa gravidade, dessa dimensão. É autorizado, segundo o depoente, que ele leve para casa, que privatize, que tenha informações que ele sequer conhece e sabe o que são. Ele não tem a menor noção. Pelo que ele está dizendo aqui, pouquíssimo ele sabe do que está lá.

E lá, dentro daquelas informações, Deputado Nelson Pellegrino, se encontram apropriações indébitas, privadas, de pessoas que, pelo menos até hoje, não têm absolutamente nada a ver com essa questão. Mas está na casa do Sr. Walter e está sob a proteção dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - A minha pergunta, Deputado Raul Jungmann, dentro disso que V.Exa está dizendo é a seguinte: os demais bens apreendidos nessa operação — foram apreendidos diversos bens nessa operação —, eles também foram para a casa dos escrivães que estavam nessa operação ou foram para o Departamento de Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não tem conhecimento?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - É seletivo.

O senhor disse que não tinha conhecimento de infiltração de estranhos à Polícia Federal lá em São Paulo. Como já disse aqui o Presidente — nós aqui todos já tivemos oportunidade de ver —, eu diria que existem... não vou dizer dezenas de depoimentos, mas pelo menos um número muito considerável, mas muito considerável, que provam o dia, a hora, o instante, como entrou, como não entrou, o que fez, o que não fez. Quer dizer, o senhor, que tinha essa função — o senhor me permite, informalmente, subcoordenador, por assim dizer —, o senhor não viu isso acontecer? Quer dizer, o senhor não viu, em momento nenhum, que essa penca de agentes de inteligência da ABIN entraram? Dão horário, dia. Não é possível — é uma ficção, realmente, Deputado Nelson Pellegrino, fora do comum, pelos detalhes e inclusive pelo encaixe de todos os depoimentos. Mas o senhor nega, não viu nada,



o senhor não sabe nada, e não houve nenhuma infiltração. O senhor mantém essa versão?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O que eu posso dizer é o seguinte: eu nunca fui coordenador; eu não tenho nem competência para isso, nem formal nem informal, Excelência.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Esqueça, esqueça, esqueça. Tudo bem, esquece.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Desculpe. Nem formal, nem informal.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Eu disse, isso é uma ilação minha. Tudo bem!

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não tenho, nunca tive poder de gestão ou de análise mais ampla sobre os fatos investigados ou na condução administrativa na realização dos trabalhos. Então, isso sempre ficou a cargo dos delegados. E o restante que o senhor perguntou eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Tem um escritório no Hotel São Paulo Center, nessa operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem ficava fisicamente nesse escritório, além do senhor?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Os policiais Raniéri, Amadeu Raniéri, Roberto e Eduardo; e o Agente Administrativo Eric Romano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem pagava esse...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Além dos delegados, além dos delegados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem pagava esse hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Existia a base, o escritório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Sim, mas aquilo...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nesse local, o escritório. E depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas aquilo é próprio da Polícia Federal ou aquilo pertence ao hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Pertence ao hotel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E aquilo é locado?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É, isso, eu digo, é uma área do escritório locado. Depois, em frente, tinha os apartamentos que a gente locava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem locava esse espaço no hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Esse espaço no hotel?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Onde é a base operacional.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Da base? Isso era feito pelo Coordenador, Dr. Protógenes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - E era pago diretamente ao hotel, é isso? Com verba secreta? De onde vinha o dinheiro?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O funcionamento eu não sei, porque eu não cuidava especificamente dessa parte administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor não cuidava dessa parte. O administrativo cuidava dessa parte? O senhor comentou que tinha um administrativo lá.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso, tinha um agente administrativo. Eu não me lembro dos detalhes, não me lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Tinha uma câmara de filmagem, onde ficavam registradas as pessoas que entravam e saíam nesse escritório?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Só para concluir, Sr. Presidente.

O senhor, ao longo dessa investigação, teve alguma prova, algum indício, alguma informação, em algum desses monitoramentos, que pudessem conduzir à conclusão de que houve tráfico de influência entre a Brasil Telecom e membros do Governo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, muito agradecido.



Sr. Walter, o senhor perdeu uma bela oportunidade de colaborar com esta CPI. É seu direito, eu respeito isso, mas isso deve se refletir, Sr. Presidente, Sr. Relator, no nosso relatório final.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado, Deputado Jungmann. Como o Deputado Laerte Bessa não se encontra, vou passar a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, que é o último inscrito. Depois, posso passar a palavra a V.Exa. novamente, para os questionamentos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso depoente, Walter Guerra Silva, na verdade, dos questionamentos feitos a V.Sa. a gente pergunta para ter resposta, e a gente tem mais dúvida depois do que pergunta do que tinha antes de perguntar.

Há quanto tempo o senhor conhece o Delegado Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Quatro anos, aproximadamente, quatro anos e meio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o senhor trabalhou nessas sete operações que foram citadas? Não vou citá-las novamente.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E essas sete operações foram feitas nos últimos quatro anos?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Entre outras, sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Entre outras? E há quantos anos o senhor está na Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Seis.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o Dr. Protógenes? O senhor não sabe?

**O SR. WALTER GUERRA** - Não sei, não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quando o senhor entrou na Polícia Federal foi logo trabalhar direto com ele logo ou...

**O SR. WALTER GUERRA** - Não, minha primeira lotação foi em Corumbá, Mato Grosso do Sul.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Depois incorporou à equipe dele?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Depois vim a Brasília, DIP. Trabalhei com o Dr. Lorenz, Daniel Lorenz; depois que me incorporei à equipe dele.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o Amadeus e o Gilberto, há quanto tempo o senhor conhece?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O mesmo período.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O mesmo período?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O mesmo período. O Gilberto há quatro anos e meio. Quando eu fui integrar a equipe do Dr. Protógenes, ele já trabalhava com ele.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eles já estavam antes do senhor com o Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Menos o Sr. Amadeu. Amadeu Raniéri faz acho que dois anos e meio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E os senhores passaram a trabalhar juntos e formar equipe? Então eram Walter, Amadeus, Gilberto... Quem mais na equipe? O senhor disse que eram uns quatro ou cinco?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mas em que momento?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nas diversas operações.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Porque existia muito a migração de policiais federais de outras localidades, que agregavam a equipe, iam até a equipe para agregar, para somar. Então pertenciam à equipe também, por exemplo, a escrivã Aliete Gadelha. Chegou a pertencer — estou dizendo lotados na DIP, aqui em Brasília — mais uns três agentes de Polícia Federal, que agora não me recordo o nome, o Delegado Ademir... Então havia um grupo maior.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Um grupo maior. O senhor conhece o Juiz Dr. De Sanctis?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Pessoalmente?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. Já conversei com ele pessoalmente.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Onde o senhor conversou com ele?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na 6ª Vara Criminal Federal.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor despachava com ele?  
O senhor foi lá com ele?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor marcou audiência com ele?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não, é porque uma vez que eu fui até lá buscar os ofícios judiciais, os mandados judiciais para interceptação, a Secretária de Gabinete me disse que ele queria um esclarecimento sobre o relatório que eu havia feito, que ele não havia entendido o contexto que eu tinha colocado. Ele queria um melhor esclarecimento. Aí ele me perguntou, eu esclareci para ele o que precisava...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quantas vezes isso aconteceu?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso aconteceu uma vez.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Uma vez só?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Uma vez.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Durante a Operação Satiagraha?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E antes disso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu nunca tinha conversado com ele, pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nem conversou depois com ele. E os procuradores? O promotor, o promotor da causa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Procuradores, com o Dr. Rodrigo de Grandis, assim, sempre nesse contexto. Uma vez com um... A Dra. Ana Mara também, Osório, uma vez; o Dr. Sílvio, acho que uma vez...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor teve alguma vez com ele, juntamente com o Dr... Delegado Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nunca.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nunca?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Junto com o Dr. Protógenes nunca.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nunca?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Algumas vezes, porque a gente fazia um rodízio, não é?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, por exemplo, às vezes, por uma questão de segurança, normalmente quem acompanhava o Dr. Protógenes era o Raniéri, nessas reuniões, era o Amadeu Raniéri. Acompanhava em reuniões com o Ministério Público Federal ou na Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Perfeito. Esse material, esse HD que o senhor tinha na sua casa, quando o senhor levou para lá?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - No período em que foi feito o *backup*. Foi mais ou menos no mês de julho.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mês de julho?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mês de julho do ano passado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Julho do ano passado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Desde então o senhor tem lá?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Tinha.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na hora, quem autorizou o senhor a levar? Qual é o delegado? O Dr. Protógenes?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O Dr. Protógenes autorizou o senhor a levar?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É, todos, não é? No caso, havia o conhecimento. Todos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, não. Mas nesse caso não tinha outro delegado, só tinha ele.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, tinha outros três delegados. O senhor está perguntando se... a ordem específica: "Olha, você..."

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, de quem?





**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - *“...vai levar isso daí.”* É isso o que V.Exa. está perguntando?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, é.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, essa ordem específica foi dele.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Dele quem?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Dr. Protógenes.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele deu a ordem: *“Vai lá, tira uma cópia do HD e leva para casa”*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, a questão da cópia, isso foi passado por todos: *“Olha, faz uma cópia — uma orientação, todos me passaram —, faz um backup da operação, deixa tudo isso armazenado.”*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o senhor tirou de onde a cópia?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A cópia foi tirada do computador que ficava no escritório.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - No escritório onde?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na base, na base em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E onde era a base?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - No Hotel São Paulo Inn.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - No hotel. Aí o senhor foi lá e tirou a cópia? O senhor mesmo fez a cópia?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Fiz a cópia, fiz a cópia do HD...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor mesmo fez?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim. E deixei lacrada.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tudo o que está no HD da Polícia Federal o senhor tinha em casa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Algumas coisas não, porque era cópia daquilo que havia lá no Hotel...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas como eu vou tirar uma cópia, daí... Eu tiro uma cópia do que não existe?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Deixa eu só explicar.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, o senhor tirou uma cópia do HD, não foi?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É isso que eu quero explicar ao senhor. Essa cópia de HD foi feita lá em São Paulo. Se eventualmente o conteúdo daquilo que estava sendo apurado ou analisado aqui em Brasília não tinha, a não ser que alguém tenha levado para São Paulo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor está se enrolando ou me enrolando?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nenhum dos dois, Excelência. Eu quero só explicar o seguinte: o conteúdo que tinha no Hotel São Paulo Inn eu fiz o *backup*.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor tirou o *backup*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E isso era o que estava na sua casa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tá bom.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Só que o senhor disse que tudo o que tinha na Polícia Federal eu tinha na minha casa, o que não era verdade, porque...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, não. Eu quero dizer que aquele *backup* que o senhor tinha na sua casa era exatamente aquilo que estava no computador da Polícia Federal.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Em São Paulo, porque aqui, em Brasília, houve uma série de análise de dados...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, não, estou falando do seu *backup*.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esquece, *backup*. Aquilo que a Comissão tem aqui nos arquivos, que estava na sua casa, é o que está dentro dos arquivos da Polícia Federal, correto?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Em São Paulo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Tá.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor conhece o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Esse daí, não pessoalmente. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não pessoalmente? E quem é o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não sei. O senhor usou uma expressão...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, eu só perguntei se o senhor conhece o Zeca Diabo. O senhor disse que não conhece pessoalmente.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, não conheço pessoalmente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas então o senhor conhece, só não pessoalmente. Quem é o Zeca Diabo, então?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não é uma figura de novela ou coisa assim?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nós é que vamos fazer uma novela com o seu depoimento. Tinha alguma coisa na investigação da Polícia Federal, lá nesse *backup*, sobre o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não sei informar.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não sabe informar. O senhor não tirou um *backup*?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Mas eu não li todo o conteúdo; eu não analisei o conteúdo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor era quem alimentava o computador em função da investigação que era feita; o senhor era que estava lá na operação, não era?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não somente eu alimentava o computador.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tá bem, mas obviamente, dentro da operação, o senhor acompanhava o que estava acontecendo, até para poder... O senhor alimentava o computador e tira uma cópia. Na cópia que o senhor tirou está lá o Zeca Diabo.



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Então, para esclarecer melhor, eu fazia a parte de interceptação de telefones. Isso, dentro do *backup*, equivale a mais ou menos 15% do conteúdo. O restante do conteúdo que estava no *backup*, eu não tinha conhecimento amplo, geral e irrestrito.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Então, o senhor tirou cópia de um *backup* de coisas que o senhor não sabia do que estava tirando. É isso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Por ordem superior.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Por ordem superior?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas se o senhor não sabia o que era, para que o senhor queria uma coisa que não era sua, não tinha nada a ver, não lhe dizia respeito? Por que o senhor levou para casa uma coisa que não era algo que pudesse servir até para uma defesa futura, alguma coisa? Como o senhor foi tirar isso? Ou foi por acaso ou o senhor se equivocou? Por exemplo, aquilo que falava sobre o Zeca Diabo, que o senhor disse que conhece, mas não pessoalmente, que tinha no computador, o senhor sabia que tinha no computador da Polícia coisas sobre o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não sabia? E o senhor sabia que o senhor tinha em casa coisas sobre o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E agora o senhor sabe que o senhor tinha em casa coisas sobre o Zeca Diabo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Também não, porque não tenho mais o conteúdo, não sei do que se trata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou lhe perguntar uma coisa aqui, Deputado Pompeo, que eu acho que talvez seja... já que ele cuidou das interceptações, se ele se recorda de uma interceptação específica entre um alvo e um ex-Deputado Federal, na qual ambos falavam a respeito de uma determinada revista. Para ser mais específico, uma conversa de Naji Nahas e Delfim Netto falando sobre a Carta Capital. O senhor se lembra desse diálogo?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me recordo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Não se recorda desse diálogo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu digo isso porque o Zeca Diabo, na expressão que dizia lá, está no conteúdo, está exatamente no conteúdo da investigação, e que senhor tinha em casa, e que o senhor agora não sabe que nós temos aqui.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O conteúdo que eu tinha e que eu tenho conhecimento, e hoje já até parcial, porque já há quase 1 ano que eu realizei o trabalho, não é, diz respeito às interceptações telefônicas.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas não é o que o senhor tinha em casa. O senhor tinha em casa muito mais do que isso.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso, eu falei para o senhor que eu tinha um *backup*, não é?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. Mas tinha muito mais do que as interceptações telefônicas.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não olhei.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O ex-Ministro José Dirceu era investigado na operação?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E no *backup* que o senhor tinha lá na sua casa tinha alguma coisa sobre o ex-Ministro José Dirceu.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor sabe agora que tinha. O mundo inteiro está dizendo que tinha.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu sempre procuro confirmar. Eu não tenho o *backup*, não me lembro especificamente desse.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor sempre procura confirmar, e o senhor não confirmou que o senhor tinha dentro de casa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor tinha dentro de casa, podia confirmar.



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O que efetivamente me foi estabelecido era a guarda do conteúdo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas como é que o senhor vai guardar uma coisa que o senhor não sabe nem o que está guardando?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Porque eu sou apenas um cumpridor de ordens. Eu não tenho...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu vou lhe dar uma bomba para o senhor guardar em casa; o senhor guarda?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não, existe hierarquia, com todo o respeito a V.Exa., mas eu estava cumprindo ordens hierárquicas exclusivamente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pois é. Mas se der uma ordem para o senhor guardar uma bomba em casa, o senhor guarda? Não guarda nada. O senhor guarda?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tem...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, não é? Pois é. Tem coisas, tem ordens e ordens. O senhor vai guardar uma coisa que o senhor não sabe o que é, como é que o senhor vai guardar uma coisa que não sabe o que é? Dizer, é claro, na minha opinião, na minha convicção, que o senhor sabia. É claro que o senhor sabia. Por exemplo, na Operação Satiagraha, investigou a Ministra Dilma Rousseff?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas, no entanto, o senhor tinha um *backup* sobre a Ministra Dilma Rousseff na sua casa, por quê?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas como é que o senhor não tem conhecimento do que o senhor tem dentro da sua casa? Pode acontecer muita coisa na sua casa, hein, que o senhor não sabe.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Infelizmente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, porque o senhor não cuida o que tem dentro de casa, não sabe o que tem dentro de casa, não entende, e leva para casa o que não sabe. O pior é isso. Quer dizer, a gente fica, assim... Eu fico, eu considero, assim... fico impressionado por esse procedimento. O senhor tinha a



base lá no hotel. Quem é que criou essa base no hotel, quem é que bolou, imaginou, fazer a base da investigação da Satiagraha no hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A base já existia antes da investigação Satiagraha. É, outras investigações foram revisadas naquele local.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E quem criou a base?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - O Dr. Protógenes.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O Dr. Protógenes. E por que não fazer a base da investigação na Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Os trabalhos de inteligência, os órgãos, entre eles a Polícia Federal, realizam os trabalhos sigilosos ou sensíveis fora da estrutura normal, que chamam de escritório ou base. Isso existe no País, muitos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Onde é que tem outro escritório?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não sabe. Não, porque causa impressão, na medida em que ficou muito claro aqui na CPI, que o Dr. Protógenes atuava de maneira de que ele não se reportava a nenhuma chefia, a ninguém. Era ele e Deus. E aí mostra um método todo pessoal, todo particular dele de investigar, em nome do Poder Público, em nome do Estado, ao ponto que ele monta o escritório separado, tem a equipe própria, não conta para ninguém, não diz para ninguém, não fala para ninguém; enfim, aí encontrou o Juiz De Sanctis, que, para mim, é um vazador mor, que toda operação que chega na mão dele vaza. E essa operação — como é que é? Castelo de areia? —, eu tenho conhecimento, porque agora nós viramos um SNI aqui também, não é? Daqui a pouco nós seremos um arquivo ambulante; só não levamos *backup* para casa. Mas a gente fica sabendo coisas aqui... A Polícia Federal ficou 1 ano inteiro investigando essa questão do Castelo de Areia — 1 ano inteiro, — e não vazou nada, num ano que a Polícia Federal investigou. No entanto, chegou o processo no fórum, em 1 semana, 2 semanas, 15 dias, já vazou, porque o vazamento vem de lá, exatamente de lá de dentro. Então, causa-me espécie quando o Delegado Protógenes monta exatamente num hotel um escritório — que passa a impressão de que é um escritório particular, com funções públicas para fazer uma investigação. O que nós estamos



questionando aqui é o método. O método. O senhor disse que, num determinado momento, que o investigador está sendo investigado porque o senhor não investigou do jeito que tem se que investigar, e o senhor sabe como fazer. Um investigador não pode levar para casa o que não sabe que levou. O senhor não pode dizer assim: “*Não, mas eu levei o backup, eu recebi ordens*”. O senhor podia até ter recebido ordem e até levado o *backup* daquilo que o senhor sabia que estava levando; agora, o senhor recebe ordem para levar um *backup* do que o senhor não sabe que tem lá dentro. E tem coisas falando baixarias da Ministra, falando baixaria de várias pessoas, de jornalistas, de mulheres, enfim, de coisas pessoais. O senhor tinha dentro da sua casa. O senhor sabe que isso é crime?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É. Eu não tinha conhecimento desse conteúdo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas hoje o senhor sabe o que o senhor tinha dentro da sua casa.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não tenho conhecimento, porque inclusive sobre o que eu estou sendo investigado eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor não tem conhecimento. Pois, então, eu vou lhe dar conhecimento, porque o senhor tinha isso dentro de casa. O senhor sabe disso. O senhor disse que não sabe, mas nós sabemos que o senhor sabe. E é bom o senhor ficar sabendo que nós sabemos também. Então, esse jogo da verdade, aí.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Pode ter certeza que sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor tinha lá dentro da sua casa todo esse material que agora está aqui na CPI. Quanto à questão da Kroll, o senhor teve conhecimento da participação da Kroll em grampo, enfim, a atuação da Kroll do Brasil, o que o senhor sabe da Kroll?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Nada. Não tenho conhecimento sobre isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nunca ficou sabendo de nada?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não pode saber mesmo; o senhor não sabe nem o que tinha dentro de casa, não é?





**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Deputado Pompeo, V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Escrivão Walter, eu vi aqui na relação dos diretórios que tem um diretório sobre a Operação Chacal. V.Sa. não foi... não participou da Operação Chacal, não é?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - E esse *backup* foi-lhe confiado em função do quê?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Como eu disse, eu não li o conteúdo. Não sei...

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Só foi pedido para guardar.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Isso. Faço o *backup* e fiz o *backup* e guardei.

**O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na investigação — o senhor que trabalhava com o grampo, agora, especificamente —, o senhor chegou a grampear o ex-Deputado Greenhalgh?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na interceptação autorizada judicialmente, uma das pessoas interceptadas durante um período foi...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Havia ordem judicial para interceptar ele, interceptar?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Uma ordem judicial.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Em decorrência do quê?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro, porque a operação era muito complexa e todos os fatos foram narrados por relatório e eu estimular apenas a memória para dizer alguma coisa, vou estar correndo o risco de cometer um erro e...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ele foi indiciado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas o senhor não se lembra, o senhor não se lembra...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É que eu cuidava da parte de interceptação.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tá. Mas o senhor, então, o interceptou. O que o senhor interceptou dele? Alguma coisa grave, alguma participação em algum ato criminoso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro. Já faz quase 1 ano referente a esse conteúdo...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, mas 1 ano é pouco tempo.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... e esses dados são técnicos. E o que eu tinha a respeito desse conteúdo eu fiz em relatório e remeti à autoridade policial.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E o senhor lembra também da..., que foi interpretado também o Chefe de Gabinete do Presidente, o Dr. Gilberto Carvalho? Ele também tinha ordem de interceptar ele? Tinha ordem judicial?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Não havia ordem judicial para interceptação do telefone dele.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Havia?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não havia.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor sabe que ele foi interceptado?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Me parece que é uma ligação telefônica, não é, com um...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, o senhor só grampeava telefone.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... o ex-Deputado Greenhalgh. Não, uma coisa é em relação ao alvo que foi autorizado judicialmente, o ex-Deputado, Dr. Greenhalgh, e quem estava interceptado, com quem ele conversava, o diálogo era interceptado. Então, com certeza, não havia nenhum telefone, fixo ou celular, vinculado a órgão público interceptado. Não havia.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim.



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - A lista de telefones interceptados, se eventualmente entrava em contato com...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E por que o Deputado, o ex-Deputado Greenhalgh foi pedido a interceptação dele, o que o senhor ouvia, o que que o senhor... Eles chegaram... O que levou o senhor... porque é o senhor que escutava, não é?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. Desculpa interromper.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor é que gravava.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Porque existe um procedimento em relação ao Guardião. Havia 2 ou 3 analistas que faziam o áudio, e depois faziam um resumo, e eu fazia uma sinopse, ou seja, reunia aquele conteúdo total.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu sei. Obviamente que o senhor tem muito claro porque o senhor fazia um resumo de tudo que acontecia. Em relação ao Greenhalgh, o que tinha contra ele?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não se lembra? (*Pausa.*) Aí é complicado. E em relação aos agentes da ABIN, quantos participavam lá, no escritório?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Em relação a esse tema — é justamente o motivo pelo qual eu fui indiciado no inquérito do Dr. Amaro Ferreira —, então, me reservo no direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor sabe que o processo em relação ao indiciamento seu e do Delegado Protógenes não vai correr em sigilo. Lá na frente, vai ser liberado, não é? Acho que já era uma maneira, uma chance, de o senhor já fazer a sua defesa aqui. Não tinha gente da ABIN lá no escritório?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Prefiro me reservar no direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tá. Então, fora essa operação, em qual outra operação, das 7 que o senhor participou, que tinha gente da ABIN?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu prefiro me reservar o direito de permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O que me dá autoridade de pensar que nas outras operações também tinha gente da ABIN. O que dá a impressão daquilo que eu disse do Delegado Protógenes que, na verdade, não era investigação, era uma ação entre amigos. Era dos amigos do Protógenes, da ABIN, da Polícia Federal, fazendo uma investigação num escritório, num hotel, que não se reportava a ninguém e que faziam como imaginavam e como queriam.

Para encerrar, Sr. Presidente... Teria tantas coisas para perguntar, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - *Tempus fugiti.*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É. O Guardiã estava colocado nesse hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Estava onde?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na Superintendência.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na Superintendência. Do hotel eram feitas as transferências para a captação ou era a captação lá, no Guardiã?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu não entendi a pergunta, Excelência.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - A captação. Onde era feita a captação do áudio? Lá, no Guardiã ou lá, no hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Na operadora que é realizada a captação de áudio e a operadora transfere para o Guardiã, que fica na Superintendência.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu quero saber onde o senhor pegava a voz, a captação. Onde o senhor pegava? O senhor pegava lá, na operadora? O senhor pegava no Guardiã, na Superintendência? Ou o senhor pegava lá, no hotel?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - No Guardiã, na Superintendência.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E aí então fica a curiosidade. Quem guardava o Guardiã?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quem é que guarda o Guardiã? Se o senhor está trabalhando lá, no hotel, o senhor não está no Guardiã; então, o áudio chega no Guardiã antes do senhor. Correto?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não entendi o final. Chega no Guardião e...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Antes de o senhor chegar lá. Alguém, lá, no Guardião, tem acesso a esse áudio antes do senhor.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não. O Guardião ele é completamente auditável. Então, qualquer acesso ele fica registrado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu sei disso.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - E a respeito disso, no prédio da Superintendência, então, tem sempre 4, 5, 6 grupos de investigadores trabalhando em operações independentes. Eles frequentam o mesmo ambiente, mas trabalham e fazem o áudio, o monitoramento, em baias específicas, sem comunicação.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. Tá. E aí, quem é que guardava o Guardião? Da sua operação, alguém guardava lá?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É. Tem a gestora, que é a Noráia, que é a escritã, que é a gestora do Guardião.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ela é gestora, ela que controla quem acessa e quem não acessa?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - No caso da Operação Satiagraha, era o senhor que ia lá acessar?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quem mais?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Os policiais, eu, o Eduardo, o Roberto e o Raniére, que iríamos acessar.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim. E mais os agentes da ABIN.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sobre essa questão de agentes da ABIN, eu prefiro me reservar o direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nós já sabemos que eles estavam lá. Já foi dito. A gente já sabe de cor e salteado que eles participavam. Mesmo assim, o senhor não quer admitir?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu mantenho o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Se eles não participavam, lá, no Guardião, o senhor não quer falar na participação, no Guardião, em alguma ação com o senhor, pessoalmente. Alguns deles participaram?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Sobre qualquer assunto referente a agentes da ABIN eu me reservo o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - A ABIN deve ser um perigo, porque o senhor tem um medo da ABIN que nem o diabo da cruz. Mas no entanto a chamou para ajudá-lo na hora da...

Presidente, só mais uma pergunta. Na escuta do STF, na escuta ambiental, o senhor tem conhecimento de que houve um escuta ambiental no STF, no Supremo Tribunal Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não havia autorização judicial e, dentro do conteúdo daquilo que foi investigado, não havia nenhum tipo de escuta ambiental no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o senhor ficou sabendo que houve, não é?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - É. Muita coisa foi publicada que não é verdade. Então, muitas matérias foram realizadas tendo por base mentiras.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Então, o senhor acha que o noticiário é mentiroso?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Eu tenho certeza...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Tem...

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - ... que a Operação Satiagraha não realizou nenhum tipo de interceptação.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor acha que não a escuta ambiental lá, no Tribunal Superior Eleitoral?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Interceptação não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Hã?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Interceptação não.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O que é interceptação? Estou falando em escuta ambiental, que é diferente da interceptação. A não ser que o senhor queira dizer interceptação de conversa, bisbilhotice, vamos dizer assim.

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Referente a essa situação, como eu fiquei o tempo todo em São Paulo, eu não tenho como afirmar o que foi realizado aqui, em Brasília, mas daquilo que tive acesso em relação à Operação Satiagraha, nunca constou nada referente a isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu quero encerrar, Presidente, fazendo uma última pergunta, até para que fique mais claro. O senhor disse que pegou esse material lá da Operação Satiagraha, que seria da Operação Satiagraha — e não sei se é, porque tem tanta coisa lá, tem tantas pessoas envolvidas naquele material que foi pego lá na sua casa que a gente não sabe mais do que é. Eu disse aqui, para o Juiz De Sanctis, e disse aqui, para o Dr. Protógenes, que está todo mundo grampeando todo mundo, e a prova que todo mundo está grampeando tudo mundo é o que o senhor tinha dentro da sua casa. O senhor tinha grampo que o senhor disse que nem sabia do grampo que o senhor tinha. Então, alguém grampeou e entregou para o senhor. Isso até fica assim: que o marido grampeia a mulher e a mulher grampeia o marido. Daqui a pouco mudam a expressão. Do jeito que está, porque ninguém sabe o que está acontecendo. Mas a verdade é que o senhor disse que tinha pego esse material para uso institucional e que esse material estaria à disposição para o futuro. E disse mais, que era uma espécie de depositário. Bom, primeiro que institucional não é, porque o senhor não é uma instituição. O senhor é um cidadão. Segundo, que a disposição do material para o futuro sugere que vai ter um interesse no uso desse material. E terceiro, depósito, o senhor sabe como é que pega um depósito. Vai lá e assina um documento dizendo que é um fiel depositário, é depositário daquele equipamento, daquele material, enfim, daquele objeto. E o senhor, para levar esse *backup*, o senhor assinou algum documento na Polícia Federal dizendo: *“Estou levando um equipamento tal, assim, assim, assado. Sou depositário.”* Assinou e se responsabilizou. O senhor fez um documento assim?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor não lembra. Fez ou não fez?



**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não lembro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não lembra se fez?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não.

**O SR. DEUTADO POMPEO DE MATTOS** - É óbvio que não fez, não é! O senhor tem conhecimento de que o Dr. Protógenes usava, para ele, carros apreendidos pela Polícia Federal?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não se lembra ou não sabe?

**O SR. WALTER GUERRA SILVA** - Não me lembro. Eu nunca vi.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Nunca viu e não sabe.

Bom, Sr. Presidente, ele não sabe muita coisa, não se lembra de outra. Não se lembra do que tinha dentro de casa como é que vai lembrar o que tinha lá fora. É difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Pompeo. Relator quer fazer mais algum questionamento?

Bom, antes de encerrar e agradecer a presença do depoente, o Sr. Walter Guerra, bem como dos seus advogados, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de registrar o nosso lamento no que diz respeito a V.Sa. não ter respondido a todas as perguntas desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ao invés de procurar esclarecer, V.Sa., de alguma forma, sonegou dados que eram importantes não só para a CPI mas para a investigação que estamos realizando. Esta investigação aqui nada tem a ver em investigar quem está investigando. Na verdade, o que nós estamos fazendo é justamente colocando todas as questões que devem ser colocadas à população.

A investigação do Sr. Daniel Dantas foi feita, está *sub judice*, e deverá ser julgada pelo Poder Judiciário. V.Sas. também sofreram uma ação por parte do Departamento de Polícia Federal ao qual os senhores pertencem, porque o Departamento de Polícia Federal, ao que parece, entendeu que a forma como V.Sas. se comportaram durante a investigação não teria sido a mais correta e a mais adequada. Portanto, o melhor fórum que V.Sa. teria para contestar esses posicionamentos provenientes do Departamento de Polícia Federal seria esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas assim V.Sa. não desejou fazê-lo e nós





todos respeitamos essa posição, embora estejamos aqui lamentando o fato de não ter tido essa colaboração da sua parte.

Portanto, eu vou, antes de encerrar, marcar a próxima reunião para o dia 07, quando será ouvido o Delegado de Polícia Federal, Sub-Secretário de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, Edval de Oliveira Novaes Júnior. Para o dia 08 está agendado o Delegado Protógenes, mas eu peço que seja marcado para esse dia também o Delegado Renato da Porciúncula e possivelmente nós teremos aqui os mesmo advogados, em função do múnus que a Associação dos Delegados de Polícia Federal tem tido na defesa dos interesses daqueles que pertencem à corporação, um múnus mais do que legítimo da parte não só da associação, bem como dos seus advogados. E possivelmente vamos agendar o Dr. Paulo Lacerda para o dia 15. E, se confirmada a vinda do Dr. Paulo Lacerda no dia 15, transferiríamos o Dr. Protógenes, do dia 8 para o dia 14, para que a gente possa ter o depoimento de ambos no mesmo momento, a fim de dirimirmos contradições.

Até me pareceu extremamente estranho e deselegante uma nota publicada ontem no jornal *Folha de S. Paulo*, dando conta de que o interlocutor do Dr. Paulo Lacerda teria dito à jornalista Dora Krammer que o Dr. Protógenes é um bom investigador, mas se deixarem ele livre ele toma atitudes que não deveria tomar, como por exemplo indiciar até mesmo o Presidente dos Estados Unidos. Lamento muito que essa nota tenha vindo da lavra do Delegado Paulo Lacerda, e acho que é o momento oportuno para o Delegado Protógenes e o Delegado Paulo Lacerda poderem colocar as suas versões perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que a gente possa chegar à verdade dos fatos.

Agradeço, portanto, a presença de todos.

Está encerrada esta reunião.